

Ministerio das Cidades
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
Ano 1 - nº 2 - Brasília, março de 2006

SANEAMENTO PARA TODOS

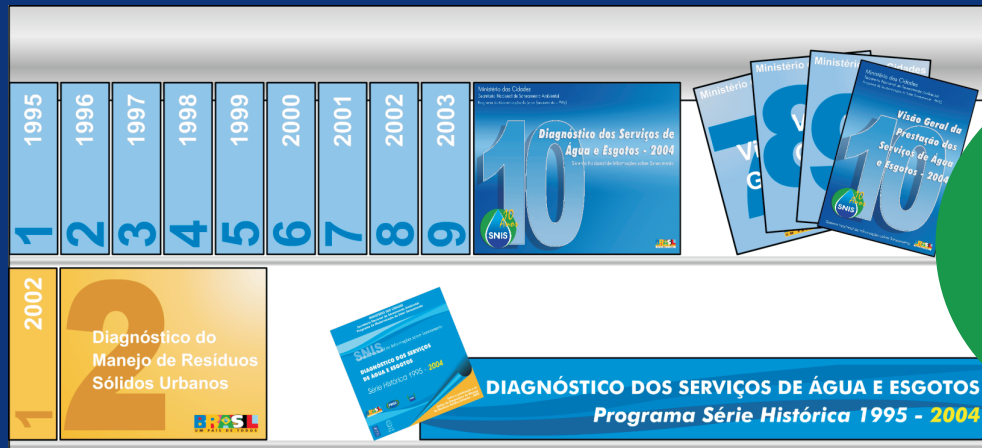
Capacitação em saneamento

Experiências e resultados

Programa de Modernização do Setor Saneamento



Programa de Modernização do Setor Saneamento



Secretaria Nacional de
Saneamento Ambiental

Ministério
das Cidades





Nosso objetivo é melhorar os serviços

Desta vez, o tema é **capacitação**. O segundo número da revista **Saneamento para Todos**, uma iniciativa do Programa de Modernização do Setor Saneamento, contempla nesta pauta programas e ações de formação e qualificação dos profissionais do saneamento mantidos pelo Ministério das Cidades na Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Destaque especial se dá ao Acordo de Cooperação Internacional Brasil-Itália e à criação da Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA)

O Acordo, firmado com a Escola Internacional da Água para o Desenvolvimento, Hydroaid, sediada na cidade de Turim, poderá resultar na criação de uma “escola das águas”, em projeto a ser incubado em alguma escola nacional.

A ReCESA é um projeto conjunto do GT-Capacitação e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com recursos do CT-Hidro, do Ministério das Cidades e da Funasa. O GT-Capacitação, coordenado pelo Ministério das Cidades, reúne representantes dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, da Educação, da Saúde e da Integração Nacional, além da Caixa Econômica Federal, do BNDES e de outras instituições governamentais.

Os dois projetos, com propostas semelhantes e orçamentos distintos, têm o objetivo comum de capacitar operadores, técnicos e gestores do saneamento ambiental, com enfoque multidisciplinar, propiciando a melhoria do desempenho operacional e de gestão dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo integrado dos resíduos sólidos e manejo integrado das águas pluviais urbanas.

Já passava da hora de enfrentar os problemas do saneamento brasileiro, localizados em situações geográficas e organizacionais tão distintas de maneira mais sistemática e integrada. Em maio do ano passado, o governo federal tomou a iniciativa de propor regras mais claras para o setor, por meio do Projeto de Lei 5.296, que define a Política Nacional de Saneamento Básico. O projeto está em tramitação no Congresso, mas, antes mesmo de ser aprovado, os programas de capacitação criados por esta Secretaria já contribuem para alicerçar a nova política, mudando enfoques e definindo nova cultura para o saneamento nacional.

É curioso que a palavra “capacitação” seja derivada de “capacidade” (capacitas, do verbo capere, “caber”, em latim), que, na origem significava apenas o potencial para conter, acomodar ou guardar algo; o espaço ocupado; o volume, como ensina o Houaiss. Posteriormente, o termo adquiriu sentido figurado ligado à idoneidade, à dignidade, à insaciabilidade, à avidez, e também à habilidade física ou mental de um indivíduo, aptidão, perícia, faculdade ou potencial para aprender ou para lidar com sentimentos, experiências etc.

Esses sentidos são coerentes com os programas de capacitação desenvolvidos pelo Ministério das Cidades por meio desta Secretaria. Em especial, pelas ações do Programa de Modernização do Setor Saneamento, focados tanto nos indivíduos quanto no desenvolvimento das instituições.

A meta final de tanto esforço é a melhoria dos serviços que hoje prestamos aos cidadãos, com vistas a garantir condições sanitárias adequadas num meio ambiente sustentável.

Abelardo de Oliveira Filho

Secretário Nacional de
Saneamento Ambiental do
Ministério das Cidades

SUMÁRIO

3 PMSS: Ações em ambiente de mudança

6 Estratégia política de desenvolvimento

10 Melhoria dos serviços públicos

16 Curso de Regulação

17 ReCESA, o saneamento em rede

27 Cooperação entre Brasil e Itália

42 Notas sobre capacitação



Abertura do Seminário Internacional Brasil-Itália, realizado em Santo André, São Paulo, em abril de 2005



Laboratório de análise de água e solo (UFRGS/IPH), parcerias na ReCESA



2ª Conferência Nacional das Cidades, com a participação dos representantes do Ministério das Cidades e de entidades da sociedade

Ministro das Cidades: Márcio Fortes de Almeida

Secretário Executivo: Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA): Abelardo de Oliveira Filho

Diretor de Desenvolvimento e Cooperação Técnica da SNSA: Marcos Helano Fernandes Montenegro
Diretor do Departamento de Água e Esgotos da SNSA: Cesar Eduardo Scherer

Diretor do Departamento de Articulação Institucional da SNSA: Sérgio Antonio Gonçalves
Coordenador do Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS): Ernani Ciriaco de Miranda

Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS):

SCN - Qd 01 - Bloco F - 8º andar
Edifício America Office Tower - 70711-905
pmss@cidades.pmss.gov.br

www.cidades.gov.br e www.snis.gov.br

Conselho editorial: Marcos Helano Fernandes Montenegro, Ernani Ciriaco de Miranda, Marcelo de Paula Lélis

Reportagem e edição: Antônio Carlos Queiroz (DF 00645 JP)

Secretaria geral, edição de arte, editoração eletrônica: Rosana Lobo

Capa: Detalhe de pintura de Van Gogh

Ilustração: Liberdade de expressão

Fotos: Antonio Giansante, Dante Larentis, Jucélia Mendonça, Marcelo Lélis, Maria de Fátima e Sousa, ABES/RJ, SAAE/Guarulhos

Fotolitos e impressão:

Gráfica Qualidade

Tiragem: 3.000 exemplares

PMSS promove ações contínuas de capacitação

Ernani Ciríaco de Miranda *

*“Mudam-se os tempos,
mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o Mundo é
composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades”
Luiz Vaz de Camões*

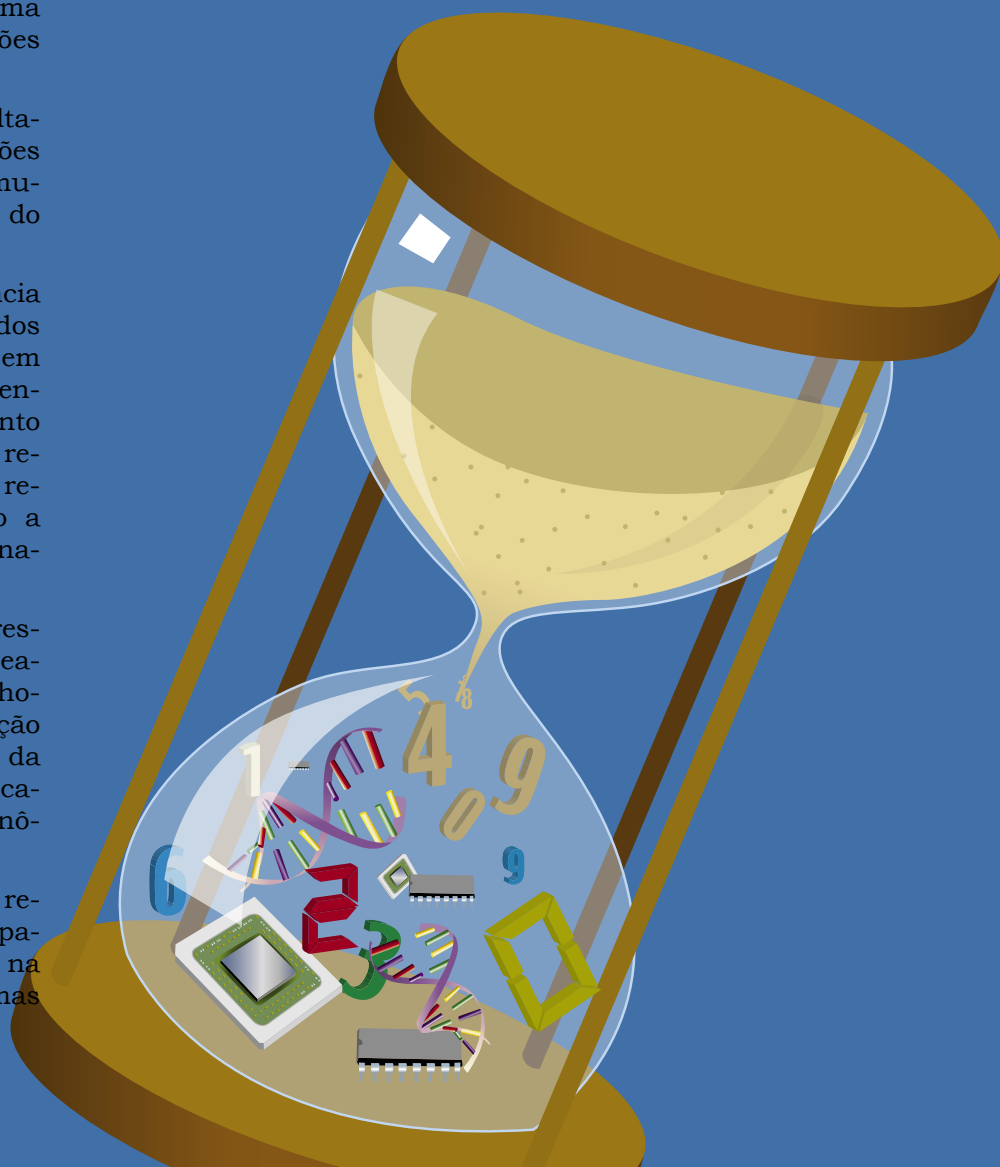
Ao falar das inúmeras atividades do Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS), talvez não seja excessivo iniciar com uma citação de Camões, por razões que ficarão claras a seguir.

O PMSS tem suas ações voltadas para a criação de condições propícias a um ambiente de mudanças e de desenvolvimento do setor saneamento.

Em especial, presta assistência técnica aos governos de Estados e Municípios interessados em formular políticas de saneamento e desenvolver o planejamento setorial, além de promover o reordenamento institucional e regulatório do setor, incluindo a implantação de modelos alternativos de gestão.

Promove parcerias com os prestadores de serviços de saneamento, que busquem a melhoria da gestão, a reestruturação administrativa, o aumento da eficiência e da qualidade técnica-operacional, e o equilíbrio econômico-financeiro.

E colabora com as agências reguladoras empenhadas na capacitação de quadro técnico e na construção de métodos, sistemas e procedimentos regulatórios.



A amplitude do programa - O Programa contempla ainda a elaboração de estudos e pesquisas de caráter nacional e regional, realiza atividades de capacitação técnica e disseminação de boas práticas de gestão; desenvolve parcerias com órgãos e entidades do setor em ações de interesse do saneamento brasileiro, e administra o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Para a consecução de seus objetivos, realiza estudos, diagnósticos e planos, e apresenta propostas de soluções alternativas para os problemas detectados nas diversas áreas da gestão dos serviços de saneamento – as de engenharia, economia, finanças, administração, jurídica, institucional, ambiental, entre outras.

Um ponto fundamental é vincular todo o processo a propósitos e compromissos claros de mudança

Discussão e diálogo - O processo de apoio às intervenções de mudança e melhoria dos órgãos e entidades do setor saneamento, em especial dos prestadores de serviços, exige a realização de discussões e diálogos com os principais interlocutores. Neste sentido, um ponto fundamental é vincular todo o processo a propósitos e compromissos claros de mudança, por parte dos demandantes, aí incluídos dirigentes, corpo gerencial e técnicos em geral.

Assegurar e manter tais compromissos não é tarefa trivial. Impõe como pressuposto básico a participação dos agentes envolvidos na realização dos trabalhos. É nessa participação que a ação do PMSS configura-se, claramente, como atividade de capacitação em processo. Os trabalhos dos especialistas contratados pelo Programa são desenvolvidos em parceria com os profissionais dos órgãos e entidades apoiados.

Parceria - Ao Programa não interessa elaborar extensos produtos de consultoria, que muitas vezes acumulam-se nas prateleiras, com pouca aplicação prática. A nós interessa, sim, construir, em parceria com os demandantes, análises, avaliações e soluções para os problemas.

Nossa metodologia deve ser pautada na assistência efetiva e contínua durante o período que compreender os planos de trabalho. Essa é uma característica que, naturalmente, torna o processo mais lento e demorado. E como tal, exige dos dirigentes a clara percepção do processo e a segurança quanto às suas metas para a melhoria da qualidade dos serviços que prestam.

A capacitação em processo pode compreender duas fases: a primeira é realizada antes do efetivo início dos trabalhos de campo; a

segunda é efetivada simultaneamente com a execução desses trabalhos. Na primeira fase, os especialistas contratados pelo PMSS devem promover a discussão técnica e o treinamento necessário aos profissionais, conforme articulação e agendamento previamente definido nos planos de trabalho.

Finda essa fase, inicia-se a execução dos serviços propriamente ditos, em que as equipes responsáveis são formadas de forma mista, integradas por especialistas contratados pelo Programa e por técnicos dos órgãos e entidades apoiados, que devem disponibilizar seus funcionários em horário compatível com o desenvolvimento das atividades. Assim, ao mesmo tempo em que se desenvolvem os produtos necessários à melhoria dos serviços, com resultados práticos objetivos, faz-se também o treinamento e a reciclagem do quadro técnico.

Capacitação técnica - Mas não é somente na capacitação em processo associada ao desenvolvimento dos estudos, diagnósticos e planos – que o PMSS expõe seu forte perfil de ação de capacitação. Atendendo às diretrizes da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, o Programa desenvolve diversas atividades diretas de capacitação técnica, destacando-se:

- Curso de Regulação Econômica dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário (já foram realizadas sete edições do curso);
- Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental - ReCESA, concebida pelo Grupo de Trabalho Interministerial na área de capacitação em saneamento ambiental (GT Capacitação). O processo de criação dos primeiros quatro

núcleos regionais está sendo financiado pelo CT-HIDRO, em processo conduzido pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep);

- Participação no desenvolvimento dos cursos de capacitação e sensibilização de técnicos, corpo gerencial e dirigentes dos operadores públicos brasileiros (companhias estaduais e serviços municipais) voltados para a conservação de água e energia elétrica em sistemas de saneamento ambiental, numa programação de dois anos, iniciada em 2004, em parceria com o Programa de Conservação de Energia da Eletrobrás (Procel), o Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água (PNCDA) e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES);

- Apoio à realização dos seguintes cursos de capacitação para gestores, na área de saneamento: Curso de Avaliação Continuada da Gestão conforme o Modelo de Excelência do GESPÚBLICA;

- Curso de Avaliação da Gestão conforme o Modelo de Excelência do PNQS Nível I; e Curso de Pre-

paração para o Prêmio Nacional da Gestão Pública na Categoria Saneamento;

- Apoio a seminários, congressos e eventos promovidos por entidades e associações do setor saneamento brasileiro, dentre eles os Congressos Nacionais da ABES, as Assembléias Nacionais da Assemae e o Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS), promovido pela ABES;

Curso de Gestão Integrada das Águas e dos Resíduos na Cidade, no âmbito da Cooperação Técnica Internacional Brasil-Itália em Saneamento Ambiental; e

- Análises de Experiências Brasileiras e Capacitação de Agentes Municipais no campo temático de Gestão do Território e Manejo Integrado das Águas Urbanas, também no âmbito da mesma cooperação.

Enfim, há que se destacar ainda o papel fundamental desenvolvido pelo PMSS nos últimos doze anos, realizando estudos sobre temas inovadores na área de saneamento, sobretudo no campo institucional e regulatório.

Até há poucos anos, propor modelos alternativos de gestão e enfrentar o tema da regulação eram novidades para o setor saneamento brasileiro. Ao realizar estudos sobre esses temas no País, o PMSS vem contribuindo de forma efetiva para a capacitação da consultoria nacional e dos órgãos de governo, tanto de técnicos das áreas mais específicas do setor, mas sobretudo de profissionais até então com menor atuação no setor, como os advogados e economistas.

Os tempos mudam, como dizia Camões.

** Mestre em tecnologia ambiental e recursos hídricos e coordenador do PMSS*



Capacitação, estratégia política de desenvolvimento

Berenice de Souza Cordeiro **



Tem pautado a agenda nacional a temática do saneamento haja vista a necessidade crescente de gerar benefícios sociais e de disciplinar externalidades ambientais negativas decorrentes do crescimento urbano acelerado e desordenado que o país atravessa há mais de vinte anos. Além disso, governos e atores sociais passam historicamente por inúmeras dificuldades em função de estruturas administrativas carentes de recursos humanos e materiais e marcadas por expressivas fragilidades técnico-institucionais.

A missão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), do Ministério das Cidades, é a de coordenar e articular a agenda do governo federal na área do saneamento brasileiro, de forma a se avançar na universalização do acesso, na melhoria das condições de integridade ambiental, na qualidade da prestação dos serviços e na qualificação do gasto público realizado no setor. A retomada dos investimentos no setor e a proposição de um novo marco regulatório são compromissos assumidos pelo governo do presidente Lula nessa direção.

Estratégia política - O Ministério das Cidades vê na capacitação importante estratégia para fazer frente a esses desafios. Para isso, tem sido fundamental o investimento em capacitação dos diversos agentes intervenientes no saneamento – gestores, reguladores, financiadores, prestadores e os próprios usuários.

“Novos papéis são requisitados dos agentes públicos, privados e sociais, com base no planejamento integrado, na regulação e no controle social.”

Novos papéis - Com a promulgação da nova Lei dos Consórcios Públicos e da proposta do governo de uma nova Política Nacional de Saneamento Básico, nos termos do Projeto de Lei 5296/05, em tramitação no Congresso Nacional, novos papéis estão sendo requisitados aos agentes públicos, privados e sociais que atuam no setor. São novas regras e condutas que têm no planejamento integrado, na regulação e no controle social o seu tripé de sustentação.

Por isso, as ações em capacitação devem ter enfoque multidisciplinar, abordando as diversas interfaces temáticas do saneamento e observando as lógicas institucionais que orientam as políticas públicas de desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, a gestão dos recursos hídricos, bem como as políticas promotoras da redução das desigualdades regionais e de in-

clusão social. A necessidade de cooperação entre os entes da federação brasileira e da sociedade é também fundamental para o alcance desse novo paradigma para o setor.

Além do enfoque intersetorial, as ações de capacitação devem pautar-se por uma noção abrangente, no sentido de fomentar o desenvolvimento das habilidades e capacidades das instituições e das pessoas. O pilar central da teoria organizacional destaca a importância de estruturas horizontais, que permitem o trabalho em equipe, uma melhor e mais ampla distribuição de responsabilidades, a fluidez das informações, disponibilizando democraticamente os recursos necessários ao processo de tomada de decisão.

Essas novas premissas tornam a visão sobre as instituições e as pessoas que nelas trabalham mais complexa e politizada, trazendo à tona a questão do poder – suas estruturas e relações de força. Permitem criar no ambiente coletivo as condições necessárias ao desenvolvimento das capacidades individuais, como estratégia para se atingir níveis mais elevados de eficiência, eficácia e efetividade das instituições.

Resultados esperados - A capacitação deve estar relacionada aos resultados institucionais esperados, se possível pré-definidos por indicadores de desempenho. Para isso é preciso identificar com precisão quais são os recursos existentes, as novas habilidades e conhecimentos a serem adquiridos e absorvidos pelos indivíduos e internalizados pelo conjunto da instituição. Dessa forma, a capacitação deve estar intimamente ligada ao plano de recursos humanos, ou se preferir, ao programa de desenvolvimento de pessoas e este ao plano estratégico da organização. A capacitação

para a mudança desempenha aí um papel relevante. O resultado desse tipo de investimento pode se fazer sentir, de imediato, no nível de motivação. Em seguida, nas iniciativas de transformação de uma realidade que exige uma reestruturação profunda e urgente.

Capacitação em processo - A noção de capacitação em processo serve bem a essa finalidade. A SNSA, por intermédio do Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS), vem adotando a chamada Estratégia de Interação na condução das ações de assistência técnica e de apoio institucional implementadas pelo Programa.

“... a capacitação deve estar intimamente ligada ao plano de recursos humanos, ou se preferir, ao programa de desenvolvimento de pessoas e este ao plano estratégico da organização.”

A visão de como se dá a interação entre os diferentes grupos de interesses (usuários, titulares e prestadores de serviços, fornecedores de materiais e outros colaboradores) é fundamental para que se possa gerar uma mudança de atitude da organização, que ocorre sempre “em processo”. Esta é uma tarefa pouco explicitada nos documentos formais, mas indispensável para compreensão do seu contexto político-institucional, interno e externo.

Nos dias de hoje, evita-se cogitar em “modelar” o comportamento de uma organização. As experiências de planos “perfeitos”, que raramente (ou mesmo nunca) conseguiram sair do papel, e de decisões boicotadas, porque tomadas apenas a partir da autoridade formal, são fartas na história das organizações. Planejar e executar ou, em outras palavras, analisar, decidir e agir, são funções que integram um processo que está em permanente construção e sujeito a constantes idas e voltas, e que permeiam a organização inteira, envolvendo todos os seus níveis hierárquicos, lógicas institucionais e pessoas.

“As experiências de planos “perfeitos” que raramente (ou mesmo nunca) saíram do papel e de decisões boicotadas são fartas na história das organizações reais”

A literatura especializada trabalha o conceito de fortalecimento institucional de diferentes formas. Apesar disso, há um consenso de que se trata de um processo de mudança intencional (ou deliberada) e planejada que pode afetar múltiplos aspectos da organização relacionados à missão, estrutura administrativa, interação entre as pessoas, aos processos de trabalho, produtos e serviços. São inovações que acentuam o caráter contínuo, dinâmico, proativo, estratégico e a necessidade de se transformar propostas individuais ou grupais em propósitos coletivos

que mobilizem e agreguem forças organizacionais.

Também é destacado o lado conflituoso desses processos, na medida em que ao mesmo tempo destroem (a ordem organizacional antiga) e constroem (uma nova), colocando em choque as forças de estabilidade e de mudança, envolvendo expectativas e receios, bem como a articulação e agregação de interesses (formando ou desmantelando coalizões). Costumam, também, criar resistências e bloqueios principalmente quando se visa uma mudança radical que diminui, significativamente, o poder, os recursos e o prestígio de grupos e pessoas com interesses no status quo. O resultado desse processo confere às instituições maior capacidade de influência normativa sobre seus integrantes e sobre o ambiente onde atuam, dotando-os de força para alterar, ordenar, regular ou influenciar as relações sociais.

As diferenças regionais e os vários níveis de desenvolvimento institucional e de gestão implicam muitas vezes o agravamento do quadro de desigualdades, pelas dificuldades de acesso, dentre outras coisas, às oportunidades de capacitação e aos espaços de intercâmbio de informações.

Atualmente existem diversos instrumentos que permitem ampliar o acesso e o compartilhamento da informação, difundir conhecimento, proporcionar capacitação técnica e gerencial, superando as dificuldades postas pelas soluções tradicionais de treinamento e disseminação do conhecimento. São soluções advindas do campo da gestão da informação, que operam em ambientes virtuais de comunicação e que expressam o nível de modernização e desenvolvimento institucional das organizações.

“Teoria organizacional destaca a importância do trabalho em equipe, melhor distribuição de responsabilidades e fluidez das informações”

Esse movimento pode também ser observado no setor saneamento, mesmo de forma desigual e em diferentes níveis e estágios de implementação. São sítios, portais, cursos, programas de ensino à distância, dinâmicas interativas (seminários, oficinas de mobilização e sensibilização etc.), revistas especializadas, desenvolvidos por órgãos públicos, universidades, centros de pesquisa, operadores dos serviços e associações técnicas do setor. Mesmo com diferentes enfoques e abordagens em termos de conteúdos e funcionalidades, demonstram a evolução e a sintonia do setor com o desenvolvimento das ferramentas de comunicação e gestão do conhecimento que o ambiente da Internet proporciona.

No entanto, ainda é comum uma situação bastante desigual no grau de utilização e no acesso a todas essas soluções, ao mesmo tempo em que também se resente de práticas mais desenvolvidas de compartilhamento e intercâmbio de conhecimento, ou seja, de informações, idéias, soluções, técnicas e tecnologias inovadoras.

Uma agenda de capacitação que visa formar um novo profissional, apto para lidar minimamen-

te com os aspectos críticos da contemporaneidade, tem que ser capaz de diminuir essas diferenças regionais e os níveis de assimetria de informação entre os diversos agentes que atuam no setor, criando novas oportunidades de acesso e de produção do conhecimento.

Para o Ministério das Cidades esses esforços podem promover mudanças institucionais estratégicas, no sentido de impulsionar a formação de sujeitos sociais qualificados política e tecnicamente, capazes de intervir e colaborar na construção de uma realidade mais justa e sustentável para o saneamento brasileiro.

**** Engenheira Sanitarista e Mestre em Planejamento Urbano e Regional, consultora do PMSS**



A meta é melhorar os serviços públicos

A capacitação de agentes públicos. Por isso, foi criado o Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC), que procura integrar as ações de capacitação das Secretarias Nacionais de Habitação, de Saneamento Ambiental, de Programas Urbanos e de Transporte e Mobilidade Urbana.

Com o crescimento urbano acelerado dos últimos 20 anos, tornou-se mais evidente a necessidade de capacitação técnica, de reestruturação institucional e de construção de sistemas de informação adequados. É necessário formar um novo profissional capaz de lidar minimamente com aspectos críticos da contemporaneidade – especialmente no que diz respeito às áreas de concentração da pobreza – e de atuar na promoção da redução das desigualdades e da justa distribuição dos benefícios e dos ônus da urbanização.

Cumprindo as diretrizes do PNCC, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental vem desenvolvendo diversas atividades de capacitação, percorrendo uma linha de ação contínua, iniciada desde seus primeiros dias de funcionamento.

Estas atividades baseiam-se em seus próprios projetos de inves-

timento e de desenvolvimento técnico-institucional, tais como o Programa Saneamento para Todos (antigo Pró-Saneamento), o Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água (PNCDA), a Gestão de Resíduos Sólidos, o PAT-Prosanear, e o Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS).

A Secretaria também adota a estratégia de construir parcerias com órgãos da administração pública e com associações e entidades do setor. Nas próximas quatro páginas destacamos algumas dessas importantes ações da Secretaria.



GespúblicaGespúblicaGespública

O Gespública é um Programa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão cujo principal objetivo é orientar as organizações no sentido de se capacitarem em gestão. Desde sua criação, o Gespública tem ajudado inúmeras organizações dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e dos níveis federal, estadual e municipal da administração pública, a avaliar e planejar melhorias nas suas práticas de gestão.

Anualmente, o Gespública promove o Prêmio Nacional da Gestão Pública (PQGF), que avalia práticas bem sucedidas de gestão na área pública e premia as mais bem pontuadas, segundo diretrizes e critérios de qualidade fixados pelo Programa.

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) identificou no Gespública uma importante alternativa para a promoção do aperfeiçoamento da gestão dos prestadores de serviços de saneamento. No ano passado, propôs e conseguiu aprovar a inclusão no Gespública da Categoria Especial de Saneamento. Ainda em 2005, também por iniciativa da SNSA, foi criado o Núcleo Setorial de Saneamento (NSS). Com vistas a promover a melhoria da gestão no setor, o NSS busca articular os órgãos do governo federal com as associações e os prestadores de serviço, além das instituições com experiências e atuação no setor saneamento.

Em 2005, a Superintendência Metropolitana de Salvador da Empresa Baiana de Saneamento (EMBASA) foi reconhecida na

Faixa Ouro do PQGF.

Apoiado nos modelos de excelência em gestão do Gespública e do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), o NSS passou a ser um importante instrumento de apoio à modernização da gestão dos serviços das organizações públicas.

Como parte de suas ações, o Núcleo traçou estratégias de mobilização e de capacitação para estimular a avaliação e a melhoria da gestão, de avaliação continuada da gestão nos moldes do Ges-

nópolis (MT), com a participação de 232 pessoas.

(ii) Avaliação Continuada da Gestão, conforme o Modelo de Excelência do PNQS, Nível I – Quatro cursos, realizados nas cidades de São Paulo (SP), Florianópolis (SC), Recife (PE) e Fortaleza (CE), com 80 participantes.

O NSS, em apoio à implantação da avaliação continuada da gestão, disponibiliza consultores ad hoc do Gespública para orientação a auto-avaliação e a elaboração do plano de melhoria da gestão das organizações adesas ao Gespública.

Concluída a auto-avaliação e elaborado o plano de melhoria da gestão, a organização deve encaminhar esses documentos ao NSS ou a qualquer Núcleo Estadual do Programa para a validação e a emissão do correspondente Certificado de Gestão, formalizando, dessa forma, sua adesão ao Gespública.

O Ministério das Cidades aposta no Modelo de Excelência em Gestão como mecanismo para a promoção da melhoria contínua dos sistemas e soluções de gestão. Nesse sentido, vale reforçar que o Gespública é um programa com ampla experiência em cooperação com organizações de todos os setores da administração pública para a avaliação e planejamento de melhorias das suas práticas de gestão, conforme o seu modelo de excelência em gestão experimentado, validado e refinado ao longo de vários anos.



Abertura do curso em Rondonópolis, Mato Grosso

pública e de estímulo e apoio às candidaturas de organizações do Saneamento Ambiental ao PQGF e ao PNQS.

Entre abril e novembro de 2005, o NSS promoveu os seguintes cursos de capacitação para gestores de saneamento e para instrutores e consultores ad hoc:

(i) Avaliação Continuada da Gestão, conforme o modelo de excelência do Gespública – Dez cursos, realizados nas cidades de Poços de Caldas (MG), Santo André (SP), Recife (PE), Goiânia (GO), Alagoinhas (BA), Araraquara (SP), Natal (RN), Blumenau (SC), Uberlândia (MG) e Rondo-

Gestão eficiente

Promovido pelo PNCDA e pelo PMSS, com o apoio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o Curso a Distância em Gestão Eficiente de Água e Energia Elétrica em Saneamento tem entre seus parceiros institucionais o Ibam, Assemae, Aesbe, Funasa, ANA, Procel/Eletrobrás e ABES.

O objetivo da capacitação na modalidade do ensino a distância é proporcionar a melhoria do desempenho operacional e gerencial dos prestadores dos serviços de saneamento que atuam em sistemas com porte de até 25.000 ligações ativas de água, em todo o território nacional.

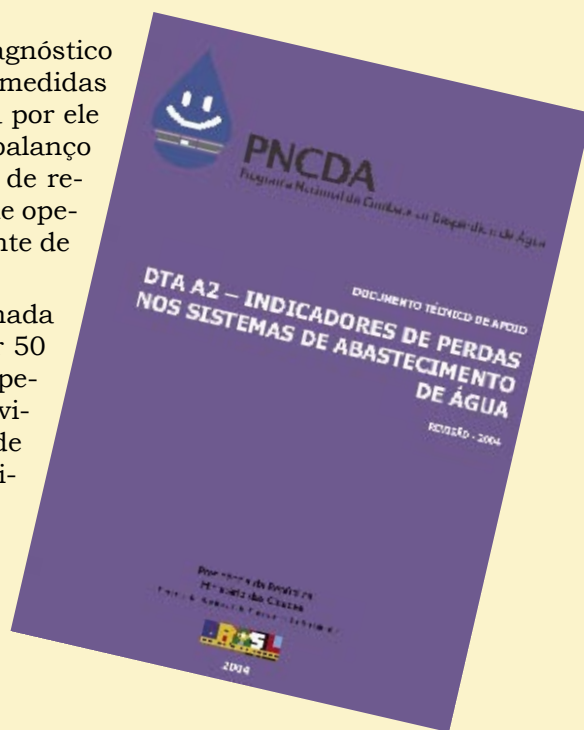
O conteúdo técnico, a linguagem utilizada e os exemplos fornecidos foram cuidadosamente trabalhados de forma a refletir a problemática operacional vivenciada cotidianamente por equipes responsáveis pela operação/manutenção de sistemas de água e esgotos.

Como trabalho de final de curso, o aluno elaborará um diagnóstico e a conseqüente proposta de um plano de ação contendo medidas para a gestão eficiente de água e energia elétrica no sistema por ele operado. Como exemplo, cita-se alguns tópicos abordados: balanço hídrico; macromedicação; cadastro técnico e comercial; ações de redução e controle de vazamentos; controle de pressão; controle operacional; micromedicação; análise tarifária; ações de uso eficiente de energia; plano de ação, acompanhamento e avaliação.

Inicialmente, o curso terá duas turmas. A primeira, denominada “piloto”, iniciada no último mês de fevereiro, é integrada por 50 profissionais que atuam na supervisão ou coordenação da operação e manutenção dos sistemas e comercialização dos serviços. A segunda turma, cujo início está agendado para maio de 2006, contará com 500 vagas, mantendo-se o perfil do público-alvo.

O curso, de atualização profissional, tem duração de 80 horas e será realizado em período não superior a 4 meses. Sua estrutura contará com um portal na Internet, para interlocução com a tutoria, os colegas de curso e demais envolvidos.

Informações adicionais podem ser obtidas na página eletrônica do Ministério das Cidades (www.cidades.gov.br/pncda) ou por meio do endereço eletrônico do IBAM (sec-ensur@ibam.org.br).



Cursos e seminários sobre uso racional de energia e água

Trata-se de uma extensa programação de cursos presenciais e seminários de sensibilização de técnicos, corpo gerencial e dirigentes dos operadores públicos brasileiros (companhias estaduais e serviços municipais). Iniciada em 2004, a programação de dois anos será finalizada este ano.

Neste dois anos, foram realizados sete seminários, com 194 participantes de 24 companhias estaduais e 45 serviços municipais; e oito cursos, com 358 profissionais capacitados de 24 companhias estaduais e 69 serviços municipais.

A iniciativa é desenvolvida no âmbito do Protocolo de Cooperação, firmado em junho de 2004, entre o Ministério das Cidades, por meio dos programas PMSS e PNCDA, e o Ministério das Minas e Energia, por meio do Procel/Eletróbrás. Os cursos e seminários de sensibilização são ministrados pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES).

O objetivo é instrumentalizar os prestadores de serviços em saneamento no planejamento e implementação de programas que promovam o combate ao desperdício de água e de energia elétrica nos sistemas de abastecimento de

água e de esgotamento sanitário.

Ao final do curso, os participantes deverão ser capazes de:

- 1) Conhecer os principais conceitos relativos às perdas de água e oportunidades de uso mais eficiente de energia elétrica;
- 2) Avaliar ou criar a estrutura interna em sua empresa para implementar as oportunidades existentes e desenvolver a gestão;
- 3) Planejar, desenvolver, controlar e avaliar programas de combate a perdas de água e energia, abordando alternativas e procedimentos para financiamento das ações, incluindo o autofinanciamento sustentado dessas ações.

Cada evento contempla um seminário de oito horas, voltado especialmente para os dirigentes, responsáveis pela definição das diretrizes e estratégias da organização, e um curso de 40 horas, para técnicos e gerentes que atuam em áreas afins ao tema do curso.

Para o ano de 2006 está prevista a realização de quatro seminários, nas cidades de Fortaleza/CE, Três Rios/RJ, Vitória/ES e Ribeirão Preto/SP. E também quatro cursos, nas cidades de Fortaleza/CE, Rio de Janeiro/RJ, Vitória/ES e Uberaba/MG.

Seminários sobre resíduos sólidos

Curso a distância

Com a participação de 350 alunos, o PMSS apoiou a última edição do curso de educação a distância em Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em convênio com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e sob a responsabilidade da Gerência de Resíduos Sólidos da SNSA.

O objetivo foi capacitar os participantes para a gestão dos serviços de limpeza urbana e destinação final dos resíduos sólidos, incorporando as dimensões ambiental, social e econômica nas várias etapas do sistema.

O curso tem como abordagem referencial o plano e o processo de gestão; a comunicação e a mobilização social na limpeza urbana; a organização e o gerenciamento dos serviços de limpeza urbana; os custos, a cobrança pelos serviços, e a fiscalização; o manejo integrado e diferenciado dos resíduos sólidos: a coleta seletiva como estratégia ambiental e social; o tratamento e a disposição final dos resíduos: novos conceitos e tecnologias simplificadas; e a cogeração de energia elétrica e biogás.

Os ministérios das Cidades e do Meio Ambiente, a Funasa e a Caixa, com o apoio do Fórum Nacional e dos Fóruns Estaduais Lixo e Cidadania e de outros parceiros locais, promoveram, no ano passado, dez seminários regionais de resíduos sólidos por todo o Brasil, com a participação de cerca de três mil pessoas. O objetivo foi sensibilizar os municípios para a implantação de um modelo de gestão integrada e sustentável.

O público-alvo dos seminários foi formado por gestores e técnicos envolvidos com ações em resíduos sólidos, pertencentes aos quadros de municípios brasileiros, associações e cooperativas de catadores, órgãos estaduais, conselhos estaduais e municipais, entidades que tratam do tema, organizações não-governamentais, universidades e institutos de pesquisa, promotoria pública, instituições ligadas à construção civil, entre outros interessados.

Foram discutidos, entre outros assuntos, o panorama dos resíduos sólidos no Brasil e traçado um breve diagnóstico do manejo do lixo nas cidades brasileiras. Durante os encontros foram apresentadas as propostas do governo para as Políticas Nacionais de Saneamento e de Resíduos Sólidos, e a situação particular dos serviços de resíduos sólidos de cada região.

Também foram debatidas as possibilidades de financiamento, inclusive por meio dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo

(MDL), que permitem obter crédito de carbono para seqüestro de gás de aterros sanitários.

Durante o evento foram ainda apresentadas as possibilidades de capacitação e feitas exposições sobre a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e o Sistema Nacional de Informação em Saneamento, no componente de Resíduos Sólidos.

Particular destaque foi dado ao manejo e gestão de resíduos da construção civil, segundo a Resolução 307 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que dispõe sobre normas, licenciamento, financiamento específico e experiências de gestão pública e privada.

Para o ano de 2006 está prevista a realização de outros cinco seminários.

Reciclagem



Preservação

Curso de regulação, experiência de sucesso

Nos últimos anos, o PMSS promoveu sete edições do Curso de Regulação Econômica dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. O conteúdo programático enfatiza a abordagem econômica da teoria da regulação. O programa contempla ainda aspectos informativos sobre o quadro institucional do setor saneamento básico, abordados por meio de palestras, mesas redondas e painéis.

O curso tem o objetivo de fornecer elementos teóricos e práticos, sob uma perspectiva econômica, para que os reguladores e profissionais que atuam em áreas correlatas à regulação possam enfrentar, de maneira eficaz, suas responsabilidades regulatórias. O curso fornece conteúdo teórico sobre o que deve preceder e orientar a tomada de decisão por parte dos reguladores. Esse conteúdo é acompanhado de exemplos práticos, que facilitam o entendimento dos temas e permitem ao participante desenvolver uma visão ampla dos múltiplos aspectos que envolvem a regulação econômica dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

O público-alvo é formado por técnicos das agências reguladoras estaduais e municipais; profissionais dos governos estaduais e municipais que atuam na prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; técnicos do governo

federal envolvidos em processos de apoio técnico para a reforma do setor e em atividades regulatórias.

Com carga horária média de 80 horas-aula, o curso mescla aulas expositivas com palestras temáticas, troca de experiências, exercícios práticos, culminando com aplicação de um exame final.

Concebido pelo World Bank Institute (WBI) e ministrado pela empresa de consultoria denominada Oxera (Oxford Research Associates), formada por professores da Universidade de Oxford, Inglaterra, o curso teve sua primeira edição realizada em 1998. Ainda no formato original, foram realizadas outras três edições, no período entre 1999 e 2001.

A partir da quarta edição, o PMSS iniciou um processo de nacionalização do curso, adequando-o às necessidades da regulação dos serviços de água e esgotos no Brasil. Nesse sentido, foram fundamentais as contribuições dos alunos e professores que participaram das edições anteriores.

Como parte do processo, o curso passou a contar com a participação da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que disponibilizou infra-estrutura, apoio logístico e acompanhamento pedagógico. Além disso, passou a ser ministrado pelo Centro de Regulação de Mercados (Cerme), da Universidade de Brasília.

Do ponto de vista programático, manteve-se o foco na regulação econômica mas foram incluídos temas relativos aos demais aspectos da regulação dos serviços. E também palestras sobre assuntos específicos que afetam o setor, como “Serviço Público e a Regulação”; “O saneamento e suas interfaces com a saúde, o meio ambiente e os recursos hídricos”; “A participação da iniciativa privada no setor saneamento na América Latina”; “Perdas em sistemas de abastecimento de água”; “Regulação econômica do setor de energia elétrica no Brasil” etc.

A partir da sexta edição, o curso passou a ser realizado em novo ambiente institucional, com a criação do novo Ministério das Cidades e da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Desde então buscou-se contextualizar o conteúdo programático à nova conjuntura política.

Nas sete edições, 300 alunos foram certificados. Todos eles tiveram presença superior a 80% da carga horária, concluíram os exercícios propostos e foram aprovados no exame final.

ReCESA, a inteligência do saneamento brasileiro em rede

O desafio da proposta é potencializar a variada riqueza de conhecimento do saneamento no País, tirar mais benefícios da capacidade pedagógica e da infra-estrutura de treinamento existente e tornar mais fácil o cotidiano das pessoas que trabalham no setor

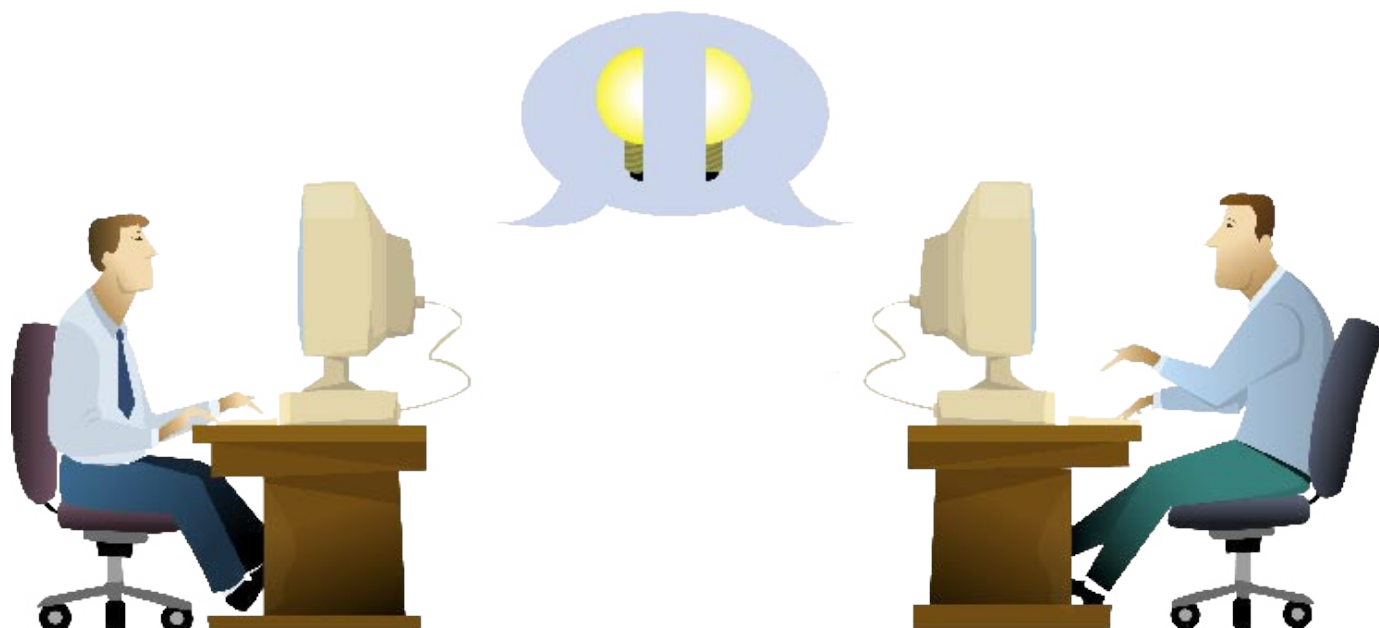
Com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços e acelerar o cumprimento das metas de universalização do setor de saneamento ambiental, o governo federal decidiu, nos últimos anos, retomar os investimentos e estabelecer regras mais claras, baseadas no planejamento integrado, na regulação e no controle social.

Como há distância entre intenção e gesto e entre vontade e capacidade de execução, ficou evidente a necessidade de se investir também na capacitação dos gestores, reguladores, prestadores de serviços e dos próprios usuários. Foi essa constatação que deu origem à Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA), em fase de estruturação.

A meta mais geral da rede é promover o desenvolvimento institucional do setor saneamen-

to, contribuindo para a melhoria do desempenho operacional e da gestão dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo integrado dos resíduos sólidos e manejo integrado das águas pluviais urbanas. Nesse sentido, sua implantação contribuirá para consolidar o conceito mais moderno de saneamento ambiental, pilar do projeto do governo, em tramitação no Congresso, que define as bases da Política Nacional do Saneamento Ambiental.

Articulação entre parceiros - Segundo Sérgio Antônio Gonçalves, diretor de Articulação Institucional da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério





Mini-rede de esgoto sanitário (Centre L'Oileau, França), modelo que poderá ser adotado na ReCESA.

das Cidades, a articulação entre parceiros é o caminho estratégico para a integração das políticas públicas. “Responsável pelas ações na área de saneamento ambiental e preocupado com a necessidade de se investir na capacitação dos agentes de saneamento, o Ministério das Cidades percorreu esse caminho e os resultados foram muito positivos. A ReCESA corresponde à concretização de um projeto inovador no Brasil, nunca antes realiza

A implantação da rede contribuirá para consolidar o conceito mais moderno de saneamento ambiental

do”, afirma Sérgio Gonçalves.

A criação da ReCESA é uma iniciativa conjunta do GT-Capacitação e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com recursos do CT-Hidro, do Ministério das Cidades e da Funasa.

O GT-Capacitação é coordenado pelo Ministério das Cidades, por

meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, e reúne representantes desse ministério, do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Secretaria de Recursos Hídricos, ligada ao Ministério do Meio Ambiente, da Agência Nacional de Águas e da Superintendência de Tecnologia e Capacitação do Ministério da Educação, além da Funasa, da Caixa Econômica Federal, do Ministério da Integração Nacional, do CNPq, do BNDES e de outras instituições governamentais.

O Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS) atua como braço executivo do Comitê Gestor da ReCESA.

Metas e objetivos - O documento de referência da rede, elaborado pelo GT-Capacitação, define como seu propósito reunir, articular e integrar um conjunto de instituições e entidades com o objetivo de promover o desenvolvimento institucional do setor mediante soluções de capacitação, intercâmbio técnico e extensão tecnológica.

O documento aponta como objetivo geral da rede desenvolver todas as temáticas relacionadas à gestão e operação dos serviços de saneamento por meio de ações destinadas a mobilizar

e articular entidades gestoras, prestadores de serviços, instituições de ensino, pesquisadores, técnicos e organizações específicas do setor; promover a capacitação dos agentes envolvidos nas atividades de saneamento; apoiar o desenvolvimento e facilitar a difusão e o intercâmbio de políticas, boas práticas e técnicas apropriadas; apoiar a produção, a disseminação e o intercâmbio de conhecimento, integrando pessoas e instituições através de comunidades virtuais; e apoiar a implantação de políticas públicas que superem os problemas de saneamento.

As diretrizes do governo - Essas metas estão em sintonia com as seguintes diretrizes fixadas pelo governo federal para o saneamento:

- Atendimento aos requisitos da universalidade, integralidade, equidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, cortesia, modicidade dos preços das tarifas, intersectorialidade, cooperação entre os diferentes níveis de governo, participação da sociedade, promoção da educação sanitária, respeito às identidades culturais e especificidades regionais, promoção e proteção da integridade ambiental, promoção e defesa da saúde e segurança do trabalhador.
- Respeito ao direito do usuário de ter garantido o acesso à informação sobre a qualidade dos serviços públicos;

A ReCESA inicia as atividades com um orçamento de R\$6,35 milhões, soma significativa para projetos dessa natureza

- Transparência da gestão pública e retomada do planejamento integrado como função de governo, que deve orientar todo o processo de organização e da prestação dos serviços de saneamento.

Origem - Pode-se dizer que a primeira semente da ReCESA foi plantada em 2002, quando a Agência Internacional da Água (Office International de l'Eau), uma instituição francesa, apresentou ao governo brasileiro a idéia de criar no País um centro de capacitação semelhante ao Centro Nacional de Formação de Profissionais Relacionados com a Água, localizado em Limoges, cidade do Centro-Oeste francês.

Em 2004, nas primeiras discussões do recém criado GT-Capacitação, definiu-se que o PMSS faria um levantamento das necessidades e dos recursos de capacitação em saneamento ambiental disponíveis no País. A proposta dos franceses serviu de parâmetro para o diagnóstico, produzido pelo engenheiro Antônio Eduardo Giasante, e que foi intitulado “Estudo sobre Capacitação em Saneamento Ambiental: identificação e qualificação da oferta e da demanda”.

Segundo uma das integrantes do GT-Capacitação, Márcia Tereziinha Moreschi, técnica em planejamento e gestão educacional da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, sua instituição teve papel importante na composição desse levantamento. “A Setec consultou todas as instituições da rede federal de educação profissional, composta de 144 centros tecnológicos e escolas técnicas. O diagnóstico apontou claramente que há uma vasta infra-estrutura de desenvolvimento técnico-pedagógico que pode ser potencializada com investimentos na formação dos profissionais nas áreas prioriza-

das na forma de rede”, diz Márcia Moreschi.

Potencial - Compõem essa infraestrutura, com vários programas regulares de capacitação em saneamento ambiental, instituições de ensino, centros de

Capacitação em âmbito nacional vai respeitar especificidades regionais, utilizar a competência instalada e fortalecer instituições de ensino e operadoras

pesquisa, unidades-piloto, laboratórios etc. Embora insuficiente, dispersa e até desconhecida no próprio setor, seu potencial é grande, como afirmou a técnica da Setec. Foi com base nesse mapeamento e nas discussões promovidas no GT-Capacitação que surgiu a proposta de criação da ReCESA.

O diagnóstico constituiu uma das peças que orientou a preparação da chamada pública que a Finep lançou no início de junho do ano passado para selecionar as instituições de ensino capazes de constituir os núcleos regionais da ReCESA, considerados seus embriões.

Entrevistado pela Revista Saneamento para Todos, o chefe do Departamento de Tecnologias Sociais 2 da Finep, Carlos Eduardo Sartor, responsável pela formatação da chamada pública, disse que as discussões da Finep com o Ministério das



Rede de água em Guarulhos: capacitar técnicos de nível básico é um dos objetivos da ReCESA.



Capacitação em Guarulhos: kits demonstrativos ampliarão alcance das atividades da rede.



Cidades sobre a constituição da ReCESA começaram no primeiro semestre de 2005. “A Finep já participava das discussões promovidas pelo Ministério das Cidades no contexto do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC). Porém, com a aprovação de recursos do Fundo Setorial de Recursos Hídricos (CT-Hidro) para a formação dos Núcleos Regionais da ReCESA, a articulação das duas instituições se aprofundou”, conta Sartor. Ele registra que desde a sua criação, no início do governo Lula, o Ministério das Cidades é parceiro da Finep nos programas de Pesquisa em Saneamento Básico (Prosab) e de Tecnologia de Habitação (Habitare).

Orçamento - Segundo uma das representantes da Agência Nacional de Águas no GT-Capacitação, a bióloga Celina Lopes Ferreira, a ANA “teve um papel muito importante nesse processo, pois foi ela que apresentou e negociou a proposta elaborada pelo GT-Capacitação, após a conclusão do trabalho do Giansante, ao CT-Hidro. A negociação resultou na disponibilidade de R\$ 4 milhões para a constituição da ReCESA, o que é um quantia fantástica

para financiar ações de capacitação ao longo de dois anos” (ver quadro).

Sérgio Gonçalves, diretor da SNSA, esclarece que, além dos recursos do CT-Hidro, foram alocados à rede R\$ 1,5 milhão do orçamento do Ministério das Cidades, especificamente para ações de capacitação na área de resíduos sólidos, e outros R\$ 850 mil da Funasa, para ações de capacitação em geral. Assim, a ReCESA inicia as atividades com um orçamento de R\$ 6,35 milhões, uma soma significativa para projetos dessa natureza.

Principal critério de escolha das universidades foi a sua capacidade de constituir os núcleos regionais e prover apoio técnico e extensão tecnológica

Celina, que trabalha na Superintendência de Tecnologia e Capacitação da ANA, faz questão de frisar que “esses recursos e a forma como foi concebida a rede permitem que seja feita uma capacitação em âmbito nacional, mas que vai considerar e respeitar as especificidades regionais. E, o mais importante, vai utilizar a competência instalada em cada região do País, fortalecendo as estruturas tanto das instituições de ensino (universidades, Cefets) como das operadoras de saneamento”, afirma.

É o que também pensa Carlos Eduardo Sartor. “Há um enorme potencial inovativo nos trabalhos desenvolvidos em rede e de forma colaborativa, nos planos regionais e nacional. O desenvolvimento de atividades de capacitação adequadas às necessidades regionais ou locais, que sejam também debatidas no plano nacional, configura um modelo de atuação que pode trazer avanços significativos para as diversas esferas envolvidas, independente do cenário político-partidário e das diversidades entre as regiões”, afirma Sartor. Que também destaca: “Ao congregar a dimensão da extensão tecnológica e das parcerias com o setor privado, a ReCESA traz importante desafio para as universidades, institutos tecnológicos, centros de pesquisa, operadoras de serviços de saneamento e demais entidades específicas do setor”.

Instituições eleitas - A chamada pública selecionou 14 universidades, duas do Centro Oeste, quatro do Nordeste, quatro do Sudeste e quatro da região Sul. Para cada região foi escolhida uma instituição líder (ver quadro). Ao longo de 2006, serão escolhidas as instituições que representarão a região Norte.

Os núcleos - O principal critério de escolha dessas instituições de ensino foi justamente a

sua capacidade de constituir os núcleos regionais de capacitação e prover apoio técnico e extensão tecnológica com enfoque multidisciplinar e integrado, nos seguintes componentes do saneamento ambiental:

- 1) Gerenciamento, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água, com ênfase nas unidades de tratamento e nos processos e técnicas de uso eficiente de água e de energia;
- 2) Gerenciamento, operação e manutenção dos sistemas de

“Unir os esforços das universidades aos das instituições que atuam no saneamento reunirá experiência prática e acadêmica”

esgotamento sanitário, com ênfase nas unidades de tratamento de esgoto;

- 3) Manejo integrado das águas pluviais urbanas, com ênfase em soluções que visem o controle de impermeabilização do solo e outros mecanismos de redução ou amortecimento das cheias e

em medidas locais para controle dos escoamentos e da produção de sedimentos;

- 4) Manejo integrado dos resíduos sólidos urbanos, com ênfase nas técnicas e processos de gestão voltados para a minimização da geração, manejo e transporte, processos de transformação e destinação adequada dos resíduos.

Para participar da chamada pública da Finep, as instituições de ensino superior tiveram de constituir também parcerias com entidades e instituições do

setor saneamento, tais como companhias estaduais, serviços municipais, operadores privados, associações técnicas e corporativas, além de entidades do Sistema S (Sesc, Sesi e Senai), centros federais de educação tecnologia e agentes de governo diversos. No total, participam 57 parceiros dessa natureza.

O engenheiro Ernani Ciriaco de Miranda, coordenador do PMSS, destaca a importância dessa concepção, que une a capacidade e os esforços das universidades aos das instituições que atuam diretamente no setor saneamento, reunindo experiência prática e acadêmica. “Isso eleva o potencial de fortalecimento da rede, favorece o alcance de seus objetivos e contribui de forma decisiva para a sua sustentabilidade”, diz Miranda. “Este é um projeto duradouro, que veio para ficar”, enfatiza.

Interdisciplinaridade - Revista Saneamento para Todos perguntou a uma das representantes do Ministério do Meio Ambiente, Liliana Pimentel, sobre a relevância do critério da interdisciplinaridade na preparação das atividades de capacitação da ReCESA. De acordo com Liliana, que é

formada em Arquitetura e Urbanismo e mestranda em Planejamento Regional, “hoje em dia não é mais possível encarar-se quaisquer questões sem o envolvimento de diversos setores. A questão ambiental não pode estar dissociada de quase nenhuma ação no mundo atual, seja de governo ou da iniciativa privada. As pessoas estão se tornando cada vez mais conscientes da necessidade de um olhar mais atento para as questões do ambiente e seu equilíbrio”.

Liliana afirma que no Ministério do Meio Ambiente “uma das prioridades é exatamente a transversalidade nas ações que desenvolvemos, e por isso firmamos parcerias com várias instituições. Na área de saneamento ambiental, temos realizado trabalhos bastante gratificantes com o Ministério das Cidades, tratando de modo conjunto as questões de saneamento e a gestão das águas”. E adverte: “Quem tenta caminhar sozinho não chega a lugar algum”.

De maneira específica, as universidades selecionadas para constituir a ReCESA deverão desenvolver propostas pedagógicas e material didático que levem em conta as peculiaridades regionais



Reservatório da Caesb: parceria entre companhias estaduais, serviços municipais e escolas é um dos pontos fortes da rede.

e as diferentes políticas, técnicas e tecnologias com vistas à capacitação dos profissionais a serem envolvidos.

A coordenadora da implantação da ReCESA na região Centro-Oeste, a professora Cristina Brandão, da Universidade de Brasília, está convencida de que a produção dos materiais didáticos será um dos pontos cruciais da iniciativa. “Os livros-textos disponíveis não servem completamente aos nossos objetivos. Será preciso criar materiais que reflitam as diversas realidades locais e o nível de conhecimento dos operadores”.

Procedimentos mínimos - No dia 11 de janeiro os coordenadores regionais da rede reuniram-se em Brasília com os membros do GT-Capacitação para definir os procedimentos mínimos a serem seguidos pelos núcleos regionais na elaboração de um diagnóstico aprofundado das situações de cada uma das regiões já integrantes da rede (Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste).

O âmbito do estudo, que deverá ser submetido à Finep até o final de abril, abrangerá as regiões

“As pessoas estão se tornando cada vez mais conscientes da necessidade de um olhar mais atento para as questões do ambiente e seu equilíbrio”

metropolitanas mais uma sub-bacia ou uma micro-região no interior dos Estados. Para que seja escolhida para a amostragem, a região deverá obedecer a um conjunto de critérios míni-



SLU de Belo Horizonte: rede contemplará capacitação em manejo de resíduos sólidos

mos, tais como possuir sistemas de saneamento em operação e ter demanda por capacitação; abranger as quatro áreas temáticas (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo integrado de resíduos sólidos e manejo integrado de águas pluviais urbanas); ser representativa tanto das companhias estaduais de saneamento quanto das operadoras municipais; oferecer facilidade

de acesso e diagnóstico no prazo estabelecido pela meta. Outro critério desejável é ser representativa do Estado e ter comitê de bacia.

Diagnóstico-piloto - Um dos pontos mais relevantes do levantamento, chamado diagnóstico-piloto, será a definição mais precisa do público-alvo dos cursos a serem montados. A professora Cristina Brandão diz que é preciso levantar o perfil dos técnicos e gestores dos sistemas de saneamento, mas principalmente, o dos operadores. “Mal ou bem, a gente sabe o que esperar dos técnicos com formação superior. Mas não sabemos ainda como abordar o pessoal da operação e da manutenção”, diz ela.

Carlos Sartor, da Finep, ressalta que os planos de trabalho dos

núcleos regionais contemplam o desenvolvimento de propostas e recomendações para a criação de um sistema de certificação dos operadores que participarem dos cursos da rede, a ser instituído pelo MEC. Segundo Sartor, o impacto do sistema deverá ser muito positivo para a sustentabilidade da rede e para as políticas nacionais de certificação profissional.

O diagnóstico-piloto definirá também indicadores para medir a eficácia dos cursos e do programa de capacitação. “A rede está sendo criada para melhorar os serviços. Se não melhorar, não vale a pena”, afirma a professora Cristina Brandão.

Foco - Márcia Moreschi, do MEC, comenta que a preocupação com formação profissional na área do saneamento é muito grande porque “muitos municípios brasileiros prestam um serviço precário, muitas vezes pela falta de profissionais qualificados”. Ela acrescenta que, além disso, “há uma evolução tecnológica permanente, que requer uma qualificação continuada”. Por isso, “não basta investir apenas nos equipamentos. O foco de atuação deverá estar centrado no cidadão, dando-lhe condições

de formação e qualificação, que possibilitem um desempenho eficiente e eficaz, além de promover uma maior inserção e trânsito no mundo do trabalho. Se não

O portal do saneamento deverá fortalecer o enfoque multidisciplinar da rede, permitindo a troca de experiências

investirmos no capital humano, não teremos melhoria nos serviços públicos”, afirma a técnica do Ministério da Educação.

A constituição dos núcleos regionais será a primeira etapa da estruturação da ReCESA. Caberá a eles a importante tarefa de identificar sistematicamente as carências locais e, ao mesmo tempo, indicar as atividades que a rede se propõe desenvolver. De maneira gradativa, porém, serão incorporadas à ReCESA outras instituições de ensino, incluindo universidades, centros de pesquisas e os Centros de Formação Tecnológica (Cefets).

Também deverão ampliar sua participação na rede os operadores e as concessionárias estaduais e municipais dos serviços de saneamento, as entidades do Sistema S, os Cefets e as redes de pesquisa científico-tecnológica, como o Prosab. Conta-se ainda com a participação futura de outras iniciativas do governo federal na área de capacitação, a exemplo da Gerência de Resíduos Sólidos, uma parceria da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental com a Caixa Econômica Federal.

O portal - Desde já, está sendo construído o Portal do Conhecimento em Saneamento Ambiental, talvez o mais importante instrumento de comunicação dos integrantes e usuários da ReCESA. Suas ferramentas incluirão o compartilhamento de informações, a busca e a pesquisa avançadas, taxonomia, gerenciamento de conteúdo e acessos, publicação e disseminação de dados, informações e documentos, personalização de sítios, protocolos de colaboração, auto-serviço, gestão operacional e organizacional em rede e banco de dados.

A direção da SNSA acredita que o Portal ajudará a superar as dificuldades criadas pelas diferenças regionais e níveis desiguais de desenvolvimento institucional e de gestão. Será, portanto, um instrumento estruturante da rede, que facilitará o acesso dos interessados a meios e informações que deverão contribuir para a formação de comunidades virtuais e oportunidades de ensino à distância, por exemplo.

A concepção do Portal está estreitamente vinculada aos princípios e diretrizes da rede, a começar pelo paradigma da horizontalidade

de seu desenvolvimento organizacional. A Secretaria destaca a importância da montagem de estruturas horizontais que permitam o trabalho em equipe, a melhoria e a mais ampla distribuição de responsabilidades, e a fluidez das informações e de recursos necessários à tomada de decisões. Aqui, a noção de capacitação é abrangente, visa o desenvolvimento das habilidades e capacidades das instituições e das pessoas.

Teoria e prática - O Portal deverá fortalecer também o enfoque multidisciplinar da rede, permitindo a troca de experiências teóricas e práticas verificadas nas políticas públicas de desenvolvimento urbano, meio ambiente, saúde, gestão de recursos hídricos, e também nos programas que promovem a inclusão social e buscam a redução das desigualdades sociais.



Unidades-piloto de tratamento de esgotos da Universidade Federal da Paraíba: no futuro a ReCESA poderá apoiar centros experimentais

Instituições que organizarão a ReCESA

A ReCESA realizou sua primeira reunião de trabalho nos dias 19 e 20 de julho de 2005, no auditório do edifício-sede da Caixa Econômica Federal de Brasília. No primeiro dia discutiu e divulgou a concepção de seu plano de ação. No segundo, houve uma oficina de trabalho dos representantes das instituições que organizarão os núcleos regionais.

A chamada pública lançada pela Finep elegeu universidades de quatro regiões do país para integrar a rede. Ao longo deste ano, serão escolhidas as instituições para representar a região Norte.

Abaixo, as instituições universitárias que compõem os núcleos regionais embrionários da rede, com o nome dos respectivos responsáveis.

Núcleo Regional Nordeste:

- Universidade Federal da Bahia (UFBA), Viviana Maria Zanta (instituição líder)
- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), José Fernando Jucá
- Universidade Federal do Ceará (UFC), José Carlos de Araújo
- Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Heber Pimentel Gomes

Núcleo Regional Sudeste:


- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Carlos Augusto Chernicharo (instituição líder)
- Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Emília Rutkowski
- Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Ricardo Franci Gonçalves
- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Isaac Volschan Junior

Núcleo Regional Sul:

- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Armando Borges de Castilhos Jr. (instituição líder)
- Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Luciana Paulo Gomes
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Luiz Olinto Monteggia
- Universidade de Caxias do Sul (UCS), Cláudia Teixeira Panarotto

Núcleo Regional Centro-Oeste:

- Universidade de Brasília (UnB), Cristina Silveira Brandão (instituição líder)
- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Carlos Nobuyoshi Ide



Cada universidade, por sua vez, constituiu parceria com entidades e instituições ligadas ao saneamento. Uma vez confirmadas as parcerias, essas instituições integram-se automaticamente à ReCESA.

Núcleo Regional Nordeste:

- UFBA: Embasa; Saae/Alagoinhas; Conder; Sesi/BA
- UFPE: Unicap; Poli/UPE; Cefet/RN; Cefet/PI; Ufal
- UFC: Cagece; Semam/Fortaleza; Arce
- UFPB: Cagepa; Sudema; Seinfra/Joaõ Pessoa; Emlur/Joaõ Pessoa; Senai/PB; Sesi/PB; Sebrae/PB

Núcleo Regional Sudeste:

- UFMG: Copasa; SLU/Belo Horizonte; Sudecap/Belo Horizonte; Assemae; Funasa/MG
- Unicamp: Unicamp/Feagri; UFSCar; FSP; IPT; CPQD; DAEE; Consórcio PCJ; Assemae; ABES/SP; FL&CESP
- UFES: Funasa/ES; Cesan; CDV/Vitória; Incaper/ES; Cefet/ES
- UFRJ: Cedae; Comlurb; Fundação Rio Águas; Assemae; Operadoras privadas de serviços de saneamento (Águas de Juturnaíba, Águas de Niterói, Águas do Imperador, Águas do Paraíba, Caenf, Esamur, Fontes da Serra e Prolagos)

Núcleo Regional Sul:

- FSC: Casan; Samae/Blumenau; Senai/Blumenau; Comcap/ Florianópolis; Cefet/SC
- Unisinos: Comitesinos; Consinos; Fepam; Vega; Comusa/Novo Hamburgo
- UFRGS: DMAE/Porto Alegre; DEP/Porto Alegre; Senai/RS; Corsan; Samae/Pelotas; Samae/Caxias do Sul; Comusa/Novo Hamburgo; Samae/São Leopoldo
- UCS: Sebrae/RS; Codeca/Caxias do Sul; DMLU/Porto Alegre; DEP/Porto Alegre; Samae/Caxias do Sul; Corede/Serra; UERGS; Simecs/Caxias do Sul; Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas

Núcleo Regional Centro-Oeste:

- UnB: Caesb; Novacap/Brasília; Senai/DF
- UFMS: Águas de Guariroba; Sanesul; Semam/Campo Grande; UFMT; UFG; Saneago; Sanecap/Cuiabá; Fundect/MS

Fundos setoriais alavancam Ciência, Tecnologia e Inovação



O Fundo Setorial de Recursos Hídricos (CT-Hidro)

é o fundo que está financiando a criação da ReCESA, e é uma das principais ferramentas de apoio do governo federal a políticas públicas em Ciência, Tecnologia e Inovação. Já existem 14 fundos dessa natureza em operação, cada um com recursos próprios e exclusivos.

Como salienta a bióloga Celi-
na Lopes Ferreira, esses fundos
constituem um mecanismo ino-
vador de estímulo ao fortaleci-
mento do sistema de Ciência,
Tecnologia e Inovação nacional,
tendo como objetivo garantir a
ampliação e a estabilidade do
financiamento para essas áreas.
Simultaneamente, apóiam a
criação de um novo modelo de
gestão, fundado na participação
de vários segmentos sociais, no
estabelecimento de estratégias
de longo prazo, na definição de
prioridades e com foco nos resul-
tados.

Os fundos setoriais financiam
encontros, congressos, publica-
ções, auxílios individuais, infra-
estrutura de pesquisa, bolsas de
formação e de fomento tecnoló-
gico, projetos cooperativos entre
universidades e empresas, redes
de cooperativas, entidades de
pesquisa e também grandes pro-
jetos estruturantes.

Criado por lei - O CT-Hidro foi
criado pela Lei 9.993, de 24 de
julho de 2000. Tem a finalidade

de financiar e apoiar ações em
Ciência, Tecnologia e Inovação
em recursos hídricos que pro-
movam o desenvolvimento eco-
nômico sustentável do País, com
melhoria da qualidade de vida da
população e conservação do meio
ambiente.

As diretrizes básicas do fundo
são as seguintes: financiamento
de projetos científicos e de de-
senvolvimento tecnológico desti-
nados a aperfeiçoar os diversos
usos da água, de modo a garantir
à atual e às futuras gerações alto
padrão de qualidade, utilização
racional e integrada com vistas
ao desenvolvimento sustentável
e à prevenção e defesa contra fe-
nômenos hidrológicos críticos ou
devido ao uso inadequado de re-
cursos naturais.

Comitê Gestor - As decisões de
investimento do CT-Hidro são
tomadas por um Comitê Ges-
tor, formado por oito represen-
tantes do Ministério da Ciência
e Tecnologia, Ministério do Meio
Ambiente, Ministério das Minas
e Energia, Agência Nacional das
Águas, Finep, CNPq, comunida-
de científica e setor produtivo,
sob a presidência do represen-
tante do Ministério da Ciência e
Tecnologia.

A capacitação de recursos huma-
nos constitui, hoje, programa es-
pecífico do CT-Hidro. Em 2001,
2003 e 2005 esse fundo lançou
editais para cursos de curta du-
ração, nos níveis de aperfeiço-
amento e especialização, tanto

presenciais como à distância.
Além disso, financiou vários pro-
jetos de mestrado e doutorado
(bolsas) para a área de recursos
hídricos. Por último, aprovou os
recursos para a constituição da
ReCESA.

A possibilidade que se apresentou em 2004 ao Ministério das Cidades para desenvolver um projeto de capacitação em parceria com professores e especialistas italianos foi imediatamente considerada prioritária pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, que designou o Programa de Modernização do Setor Saneamento para capitanear o projeto.

A razão é que o Ministério das Cidades atribui à capacitação um papel central na necessária mudança de paradigma da cultura institucional e técnica da gestão pública dos serviços de saneamento no Brasil. O Ministério busca operacionalizar um ideário de projeto de cidade que propõe combater a má utilização dos recursos públicos e estimular a ação planejada. Dessa forma, uma estratégia fundamental para atingir as metas de universalização com sustentabilidade está na implementação de um amplo e criterioso programa nacional de capacitação em saneamento ambiental.

A estratégia inclui o intercâmbio de experiências, a disseminação de boas práticas e a cooperação técnica. Iniciativas exitosas de outros países, aplicadas no Brasil, podem representar energias aportadas ao esforço nacional para reverter o quadro de dificuldades enfrentadas pelo setor saneamento. Daí a prioridade atribuída à cooperação com os italianos.



Mudança de paradigma justifica cooperação técnica **Brasil-Itália**

A cooperação técnica Brasil-Itália inclui um conjunto de ações de capacitação na área de saneamento ambiental de caráter multiplicador. Contempla a meta de formação especializada de profissionais na perspectiva de ações integradas de saneamento. E inclui a geração de um acervo de materiais didáticos que permitirão a reaplicação das iniciativas de capacitação pelo próprio Ministério das Cidades, pelos municípios, empresas de saneamento e instituições de ensino.

Esses materiais fornecerão, inclusive, suporte para a criação de programas de educação à distância, que têm o potencial de ampliar significativamente o alcance da iniciativa de formação de gestores e quadros técnicos.

A ênfase da cooperação foi posta na visão integrada do saneamento ambiental, que inclui o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a gestão de resíduos sólidos e o manejo das águas pluviais urbanas, considerando as repercussões no desenvolvimento urbano sustentável.

Inicialmente, o projeto teve dois componentes:

“Gestão do Território e Manejo Integrado das Águas Urbanas: análise de experiências e capacitação de agentes municipais”,

com visitas técnicas, seminários, oficinas de treinamento, preparação de material técnico-pedagógico e capacitação de agentes municipais com o objetivo de formar multiplicadores;

“Curso de Gestão Integrada das Águas e dos Resíduos na Cidade”, com três áreas de aprofundamento temático:

- Proteção de Recursos Hídricos e Abastecimento de Água;
- Manejo Sustentável das Águas Pluviais e dos Esgotos; e
- Manejo Integrado de Resíduos Sólidos.

O componente “Gestão do Território e Manejo Integrado das Águas Urbanas: análise de experiências e capacitação de agentes municipais” foi implementado com a análise de experiências em quatro municípios brasileiros: Belo Horizonte (MG), Manaus

A meta é a formação especializada de profissionais na perspectiva de ações integradas de saneamento

(AM), Recife (PE) e Santo André (SP). Nessas cidades foram levantados o diagnóstico e as propostas para enfrentar os principais problemas associados à gestão do território e ao manejo integrado das águas urbanas. A análise serviu de base para a produção de material didático e a organização de um curso de curta duração dirigido a agentes municipais. A metodologia de análise dos

problemas, de proposição de soluções e a organização do material didático deverão servir de base para a expansão da iniciativa de capacitação para outros municípios.

O segundo componente, “Curso de Gestão Integrada das Águas e dos Resíduos na Cidade”, foi implementado por meio de um curso de especialização para técnicos de nível gerencial com atuação na área de saneamento ambiental, que reproduziu, com adaptações à realidade brasileira, o curso de gestão integrada das águas nas cidades, aplicado pela Escola Internacional da Água para o Desenvolvimento (Hydroaid) em Turim.

A proposta tem como meta a organização de uma escola das águas no Brasil, similar à Hydroaid, que deverá contar com a participação crescente de técnicos e docentes brasileiros.

Hydroaid - A Escola Internacional da Água para o Desenvolvimento é uma associação privada, sem fins lucrativos, cujo objetivo é capacitar e treinar grupos de especialistas em gestão integrada dos recursos hídricos e dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário oriundos de países em desenvolvimento. Em seus cursos regula-

res na cidade de Turim, a Hydroaid aborda aspectos gerenciais, tecnológicos e operacionais, tanto nas aulas teóricas como nas seções práticas em laboratórios e plantas dos sistemas de saneamento daquela cidade italiana.

A Hydroaid está sediada no campus da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Participam de seu arranjo institucional as administrações da região do Piemonte, da Província e da cidade de Turim, além da Compagnia di San Paolo, da companhia Società Metropolitana Acque Torino (Smat, responsável pela gestão dos serviços de água e esgotos no Âmbito Territorial Ótimo de Turim – Ato 3), do Instituto Politécnico de Turim (que coordena o comitê científico da escola) e do Ministério das Relações Exteriores da Itália, como apoiador e seu principal financiador.



O coordenador do curso (dir), Ricardo Moreti, em reunião com o representante da UGP/PMSS, Marcelo Lélis, e com a representante da Hydroaid, Cristina Ciancetta.

Novo conceito de gestão do território e manejo de águas urbanas

Este componente da cooperação entre o Brasil e a Itália buscou difundir uma nova concepção de manejo das águas urbanas, não limitado ao princípio dominante de drenagem como afastamento e escoamento das águas pluviais. Com a aprovação do Estatuto da Cidade, o município passou a dispor de uma gama maior de instrumentos capazes de tornar mais eficiente e efetiva a ação de planejamento e o controle sobre o uso e a ocupação do solo urbano, incluindo a interação entre o manejo das águas urbanas e a dinâmica de urbanização.

Com a sua vasta experiência na gestão de território, a Itália tem grande contribuição a oferecer no campo das políticas públicas de saneamento ambiental e de manejo sustentável dos recursos hídricos.

Objetivo – O principal objetivo desse componente foi capacitar agentes municipais que podem atuar como multiplicadores, ministrando cursos de breve duração. O programa foi baseado nos diagnósticos levantados durante as visitas técnicas a quatro municípios brasileiros (Belo Horizonte, Recife, Manaus e Santo André), escolhidos por causa das diferentes abordagens que aplicam ao manejo das águas pluviais urbanas.

A coordenação técnica esteve a cargo dos engenheiros Alessandro Paoletti, pelo lado italiano, e Carlos Eduardo Morei Tucci, pelo lado brasileiro. Para cada município foi designada uma equipe de trabalho composta por especialistas e professores universitários brasileiros e italianos, conforme o quadro:

BELO HORIZONTE

Italianos: Silvano Ravera e Sergio Papiri;

UFMG: Nilo de Oliveira Nascimento;

Prefeitura: José Roberto Borges Champs e Ricardo de Miranda Aroeira;

MANAUS

Italianos: Gabrielle Freni, Goffredo La Loggia e Lamberto Griffini;

UFAM: Raimundo Kennedy Vieira;

Prefeitura: Maria Izanete Guimarães;

RECIFE

Italianos: Alessandro Paoletti e Ivo Fresia;

UFPE: Jaime Joaquim S. P. Cabral;

Prefeitura: Antônio Valdo Alencar;

SANTO ANDRÉ

Italianos: Marco Maglionico, Paolo Mosca e Sandro Artina;

Politécnico da USP: Sadalla Domingos;

Semasa: Angélica Ferrini e Sebastião Ney Vaz Junior.

O ponto de partida para a primeira rodada de visitas aos municípios foi o Seminário Internacional Brasil-Itália em Gestão do Território e Manejo Integrado das Águas Urbanas, realizado em Santo André, nos dias 11 e 12 de abril do ano passado. O seminário teve dois momentos distintos: o primeiro, para intercâmbio de experiências, aberto à participação externa



Oficina em Recife, Pernambuco: Antonio Valdo, Jaime Cabral, Alessandro Paoletti, Carlos Tucci, Silvano Ravera.

de técnicos e especialistas brasileiros, bem como de representantes da comunidade local, contou com a participação de 116 pessoas; o segundo, em que a equipe de italianos e brasileiros definiram a metodologia de trabalho a ser utilizada no levantamento de campo.

As visitas técnicas aos municípios ocorreram nos dias 13 a 16 de abril. Com as diversas contribuições, a coordenação dos trabalhos reuniu-se no dia 18 de abril em Guarulhos, para apresentar e discutir os resultados. Com base nessas informações e nas impressões colhidas em campo, os especialistas italianos elaboraram um relatório analítico para cada um dos casos estudados, propondo cenários desejados. Além do relatório, foi também produzido um documento conceitual, com a sistematização das experiências, que destacou a diversidade de formas de abordagem dos problemas.

A minuta do documento conceitual e os relatórios analíticos foram apresentados e discutidos em oficinas de trabalho, realizadas em cada um dos municípios selecionados, nos dias 25 e 26 de julho de 2005. Dessa segunda rodada de visitas aos municípios, participaram as equipes de especialistas italianos, professores brasileiros e especialistas dos governos municipais. Por iniciativa dos próprios municípios foi ampliada a participação de equipes técnicas locais, transformando as oficinas em momentos de capacitação.

Após a realização das oficinas, as equipes viajaram para Recife, onde, no dia 27 de julho, aconteceu uma oficina de sistematização com a participação da coordenação e dos especialistas italianos e brasileiros, para a discussão conjunta dos resultados dos estudos nos quatro municípios. Nos dois dias seguintes, realizou-se o Segundo Semi-

nário Internacional Brasil-Itália em Gestão do Território e Manejo Integrado das Águas Urbanas, aberto à participação de técnicos brasileiros. Participaram também palestrantes brasileiros, não ligados diretamente à cooperação, que apresentaram temas relativos à questão do manejo das águas pluviais e da gestão do território no Brasil. 154 pessoas estiveram presentes no evento.

O documento síntese - Denominado paper conceitual, foi editado um documento em linguagem didática e utilizado pela primeira vez no curso de formação de agentes municipais multiplicadores.

O curso foi ministrado pelos professores brasileiros Carlos Eduardo Moreli Tucci, Jaime Joaquim Cabral, José Roberto Champs, Luiz Fernando Orsini Yazaki e Raimundo Kennedy Vieira, nos dias 25 e 26 de outubro de 2005, na Escola Nacional de Administração Pública, em Brasília. Teve carga horária de 16 horas e contou com a participação de 42 gestores municipais.

O documento-síntese está em fase final de editoração e será publicado em forma de livro, no Brasil e na Itália.



Visita à rede de drenagem pluvial em Santo André, São Paulo



Especialistas brasileiros e italianos: Ricardo Aroeira, Sergio Papiri, Silvano Ravera e José Roberto Champs, e a tradutora Adriana Tomasini.

Curso de gestão integrada das águas e dos resíduos na cidade

O curso de gestão integrada das águas e dos resíduos na cidade foi realizado em Brasília, na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), entre 1º de agosto e 4 de novembro de 2005. Teve a participação de 38 alunos em tempo integral durante 14 semanas, e carga horária de 402 horas.

Os alunos foram selecionados por chamada pública divulgada pelo Ministério das Cidades. Todas as despesas, incluindo o custo das aulas, passagens aéreas, hospedagem, alimentação, seguro-saúde e material didático foram bancadas com recursos da cooperação Brasil-Itália.

Módulo introdutório - Este módulo foi obrigatório para os alunos regulares do curso. Eles participaram de uma dinâmica de apresentação e revisão de conceitos e instrumentos estruturais da área de saneamento ambiental e das políticas públicas de interface, considerando sua lógica institucional e legal. Nesse módulo discutiram, por exemplo, gestão dos recursos hídricos, planejamento urbano, habitação, saúde pública e o seu reatamento na conservação e recuperação da qualidade das águas urbanas.

Módulo temático - No módulo de aprofundamento temático, cada

aluno escolheu uma área de concentração, dentre três:

- Proteção de Recursos Hídricos e Abastecimento de Água;
- Manejo Sustentável das Águas Pluviais e dos Esgotos;
- Manejo Integrado de Resíduos Sólidos.

Visitas - Depois do módulo temático, todos os alunos participaram de uma semana de intensas atividades em Belo Horizonte, com visitas técnicas e palestras nas instalações da Sudecap (responsável pelos serviços de manejo das águas pluviais), nos Serviços de Limpeza Urbana (SLU) e na Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), com passagens pela ETE Arrudas e pela ETA Rio Acima.

Durante o processo de avaliação, cada aluno apresentou uma monografia a um grupo de professores e especialistas brasileiros.

Perfil dos alunos - A chamada pública previu que metade das vagas seria oferecida a alunos brasileiros e a outra metade a estudantes de países africanos de língua portuguesa e de países da América Latina. Devido ao prazo muito curto de divulgação, não foram preenchidas as vagas dos alunos estrangeiros, tendo

sido registrada apenas a inscrição de uma aluna do Ministério do Meio Ambiente de Cuba. As demais vagas foram preenchidas por alunos brasileiros, num total de 37, com os seguintes perfis:

ORIGEM:

Operadoras (companhias estaduais e serviços municipais): 23;

Prefeituras Municipais: 6

Agências Reguladoras: 2

ONGs: 2

Universidade: 1

Ministério Público: 1

Profissionais Liberais: 2

ESTADOS:

Sul: RS, SC e PR

Sudeste: SP, MG, ES e RJ

Norte: TO

Nordeste: BA, PE e PI

Centro-Oeste: DF, MT e GO

A diversidade dos perfis profissionais dos alunos foi notória. Participaram desde estudantes que atuam como pesquisadores e até como secretários municipais. Também foi muito diversa a formação acadêmica (Direito, Pedagogia, Engenharias, Geologia, Arquitetura, Ciências Econômicas, Ciências Biológicas, Ciências Sociais etc.), com grande preponderância de engenheiros.

Professores - A coordenação pedagógica ficou sob a responsabilidade do professor Ricardo de Souza Moretti.

O corpo docente contou com 29 professores, 12 de universidades italianas e 17 de universidades brasileiras, conforme a lista:

UNIVERSIDADES ITALIANAS

- Adelaide Pereira
- Alessandro Paoletti
- Paolo Cordero
- Carlo Modica
- Giuseppe Gamba
- Giuseppe Genon
- Guido Calenda
- Ivo Fresia
- Luigi Serafino
- Marco Casavecchia
- Maria Chiara Zanetti
- Rajandrea Sethi

UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

- Armando Borges Castilhos Junior
- Augusto Damiani
- Bernardo Arantes do N. Teixeira
- Carlos Eduardo Morelli Tucci
- Cláudio Antonio de Mauro
- Darci Barnech Campani
- Delmar Mattes
- João Batista Peixoto
- José Fernando Thomé Jucá
- Marcos Von Sperling
- Orlando Júnior
- Oscar de Moraes Cordeiro Netto
- Rafal Bastos
- Ricardo de Sousa Moretti
- Rodolfo Alexandre Cascão Inácio
- Sinara I. Meireles Chenna
- Wolney Castilho Alves



Aula na Escola Nacional de Administração Pública



Visita à estação de triagem e compostagem da Belacap, em Brasília

Realidades distintas, problemas semelhantes

Logo após a solenidade de encerramento do Curso de Gestão Integrada das Águas e Resíduos na Cidade, no final de outubro de 2005, a Revista Saneamento para Todos organizou uma entrevista com o coordenador da Hydroaid para a Cooperação, Alessandro Paoletti. Da entrevista participaram o professor Silvano Ravera, diretor do ATO 3 da região de Piemonte, a assessora Cristina Ciancetta, da Hydroaid, e o engenheiro Marcos Montenegro, diretor de Desenvolvimento e Cooperação Técnica da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Também participaram a engenheira Berenice de Souza Cordeiro, consultora do PMSS, e o engenheiro Ernani Ciriaco de Miranda, coordenador do PMSS. Durante o diálogo, os entrevistados contaram como surgiu a cooperação entre as equipes brasileira e italiana, e destacaram os benefícios mútuos dessa relação que se iniciou há pouco mais de um ano.



Durante a entrevista, o diretor Marcos Montenegro, o professor Alessandro Paoletti, e a assessora da Hydroaid Cristina Ciancetta

“A cooperação começou com a idéia de um ex-deputado europeu, Alberto Tridente, que conheceu o presidente Lula em São Bernardo, nos anos 70”



Silvano Ravera, Diretor do ATO 3, da região de Piemonte.

Revista Saneamento para Todos : **Como começou a cooperação?**

Cristina Ciancetta : Começou com a idéia de um ex-deputado italiano, Alberto Tridente, sindicalista e metalúrgico que, nos anos 70, gerenciava a secretaria de relações exteriores dos três sindicatos de metalúrgicos italianos unificados. Na época ele conheceu o presidente Lula em São Bernardo e acompanhou todo o processo de criação da CUT e do PT. E acabou virando um amigo do presidente. Ele conheceu bem a situação da época e tudo o que aconteceu depois, e nunca deixou, nos anos seguintes, de acompanhar a situação brasileira. Depois que Lula tornou-se presidente da República, Tridente teve a idéia de reforçar a colaboração entre o Brasil e a Itália. Aproveitando-se de uma viagem que fez ao Brasil, e eu o acompanhei, apresentou ao presidente Lula o que a cidade de Turim tinha para oferecer ao governo brasileiro em parceria. Um dos temas apresentados foi o da capacitação e formação em gestão de recursos hídricos. E como Turim tem uma escola que cuida desse setor em países fora da União Européia, o presidente se interessou em estabelecer uma parceria nessa área.

RST : **Mas como a colaboração se concretizou?**

Cristina Ciancetta : Depois de um mês foi organizado um novo encontro, dessa vez com a participação do prefeito de Turim. E mais uma vez a delegação italiana encontrou-se com o presidente Lula, quando o prefeito formalizou a proposta de uma parceria. Em outras reuniões conhecemos o pessoal da Secretaria de Saneamento Ambiental, o Abelardo, o Marcos Montenegro, o Ernani Miranda. Na ocasião, além do prefeito de Turim, participava também da delegação italiana o professor Antonio Di Molfetta, do Politécnico de Turim, e que era também chefe do comitê científico da Hydroaid. Começamos a desenvolver as idéias da parceria e, no final de 2004, formalizamos um termo de referência para desenvolver no Brasil, como em Turim, um curso de formação e capacitação de gestores públicos de recursos hídricos. Em fevereiro de 2005, assinamos o acordo de cooperação.

“A Itália tem uma longa tradição de gestão associada de serviços públicos”

RST : Do acordo resultaram o diagnóstico do manejo de águas pluviais em quatro cidades brasileiras (Manaus, Recife, Santo André e Belo Horizonte) e o primeiro curso de especialização, realizado em Brasília. Qual a relação entre o diagnóstico e o curso?

Alessandro Paoletti : Na organização da cooperação, logo se pensou em dois filões de atividade: análise de campo de problemas de gestão de águas pluviais urbanas e de gestão integrada de território, e a implantação da escola. Entender a relação entre os dois aspectos foi importante para definir a didática do curso. Já em fevereiro de 2005, começamos a estudar a situação das quatro cidades. Reunimo-nos com Marcos Montenegro, Berenice Cordeiro e Ernani Miranda e definimos quais seriam as cidades. Definimos também as equipes que deveriam trabalhar nas cidades e iniciamos as visitas técnicas. No lado italiano foram escolhidos oito técnicos, dois para cada cidade. A maioria, de professores universitários, mas não apenas. Entre eles havia especialistas em planificação territorial, por exemplo, o Silvano Ravera, e o Ivo Frezzia, outro técnico que trabalhou junto à autoridade italiana de bacias (equivalente ao Comitê de Bacias no Brasil). Iniciamos o trabalho nas cidades no mês de abril de 2005, com um encontro preliminar em Santo André e, depois, com as visitas às quatro cidades. Voltamos para a Itália, e, até junho, elaboramos o relatório de nossas visitas. No final de julho, realizou-se no Recife um encontro conclusivo, no qual os italianos se encontraram com os colegas brasileiros para discutir os resultados daqueles estudos e entender a sua aplicação, não apenas nos quatro casos particulares, mas na gestão integrada de outras cidades. O encontro foi muito importante pois ficou claro que havia nascido uma colaboração muito estreita. Houve muitas discussões e pontos de vista diferentes, o que permitiu apontar maior riqueza de possíveis soluções. Tanto assim que aqueles pontos de vista e propostas tornaram-se matérias para o curso. Depois se apresentou um documento conceitual, o relatório final no qual se confluíram todos os argumentos.

RST : E que será publicado em forma livro, não é?

Alessandro Paoletti : Já está pronto e já foi distribuído, mas depois será publicado no formato de livro. Pretendemos apresentar o relatório na Itália, porque a diferença de opiniões é um enriquecimento cultural também para a Itália. Em julho do ano passado, quando terminamos o trabalho nas quatro cidades, simultaneamente os professores brasileiros e italianos trabalharam na elaboração dos textos de suas aulas. O material italiano foi enviado para o Brasil para tradução e encaminhado para o curso que hoje está sendo concluído em Brasília.

Marcos Montenegro : Eu queria fazer um comentário sobre o componente de manejo das águas pluviais, destacando que a abertura das atividades em Santo André e o encontro do Recife foram abertos ao público. Houve a preocupação de não só fazer a relação com os técnicos da prefeitura da cidade e com os professores da universidade, mas extrapolar as discussões e análises para um público mais amplo, de modo a multiplicar os efeitos das atividades desenvolvidas. Quero também lembrar que para cada cidade tivemos a participação de um professor de universidade brasileira e de um especialista da prefeitura, que tiveram atuação destacada nos trabalhos.

“A experiência italiana nos ensina que é possível ganhar escala sem atropelar a competência e a autonomia municipal”

“Os gestores podem ser de três tipos: público, misto público-privado, privado. Cada âmbito escolhe a melhor alternativa”

RST : Como é o arranjo institucional da Hydroaid?

Alessandro Paoletti : A Hydroaid foi pensada alguns anos atrás pelo presidente da Società Metropolitana Acque Torino (Smat), que é o gestor dos serviços hídricos da cidade de Turim e de outras 300 cidades. Foi concebida para levar a experiência de regulação e de gestão sobre água aos países em desenvolvimento. É formada por importantes instituições de Turim, das cidades vizinhas, da província, e da própria Smat. Essas instituições, junto com o Ministério das Relações Exteriores, financiam, a cada ano, a presença em Turim de 20 ou 30 alunos (técnicos) estrangeiros com bolsas de estudo para formação básica, de gestão e de operação de serviços hídricos. Nós pensamos que a escola da Hydroaid pode exportar não só as suas atividades, mas também a sua estrutura e concepção. Esta é a primeira iniciativa que estamos concluindo no Brasil, mas a idéia é poder contribuir para formar uma escola similar no Brasil que possa levar experiências, oxalá, a países africanos de língua portuguesa.

RST : Vocês lidam com o conceito do “âmbito territorial ótimo”, Ato. Que relação há entre esse conceito e a experiência que será iniciada no Brasil com os consórcios públicos?

Marcos Montenegro : Talvez fosse melhor falar da experiência que faremos com a gestão associada de serviços públicos, que é matéria da Lei de Consórcios Públicos (Lei 11.107, de abril de 2005) e que tem como instrumento tanto o consórcio público como o convênio de cooperação. A gestão associada permitirá a articulação intermunicipal e também a articulação dos municípios com o Estado para a prestação dos serviços públicos de saneamento, permitindo a economia de escala. A Itália tem uma longa tradição de gestão associada de serviços públicos, como tivemos a oportunidade de examinar nas discussões preparatórias deste curso e em contatos anteriores, por exemplo, com o professor Cavallo Perin, da Universidade de Turim, e com o professor Marco Casavecchia, que também tratou do assunto. Em particular, das duas leis nacionais italianas que organizaram um novo modo de prestação dos serviços de água e esgoto, por um lado, e dos serviços de resíduos sólidos, de outro. Como o Silvano Ravera nos lembra, apenas em algumas regiões da Itália foram organizados âmbitos territoriais ótimos para resíduos sólidos coincidentes com os de água e esgoto. Os “Ato” diferentes não ocupam necessariamente a mesma escala territorial. Em alguns casos houve a decisão de fazer os mesmos âmbitos. Na região do Piemonte, onde o Silvano é diretor do Ato número 3, não há superposição, mas duas divisões territoriais. O que nos ensina a experiência italiana é que é possível ganhar escala sem atropelar a competência e a autonomia municipal. A autoridade de âmbito que o Silvano representa é, em última instância, a expressão da vontade política de mais de 300 municipalidades, que se organizam e elegem um conselho ao qual presta contas o corpo técnico.

Silvano Ravera : É preciso explicar mais detalhadamente a estrutura legal italiana, e levar em conta que a Itália tem mais municípios que o Brasil. São mais de 8 mil, contra 5 mil e 600 no Brasil, num território 38 vezes menor.

“A autoridade de âmbito é a expressão da vontade política de muitas municipalidades, que se organizam e elegem um conselho”

Capacitação

De acordo com uma lei de 1993, que reformou as competências municipais, muitas comunas singulares já não podiam prestar isoladamente os serviços de água, esgotos e coleta de lixo. Deviam prestar esses serviços em conjunto com os âmbitos, que formam um território, um grupo de comunas, as regiões. Há dois níveis de legislação, o Estado nacional e a região. Os outros sujeitos públicos aplicam mas não fazem leis. Cada região – no todo, são 21 regiões – elaboram leis para desenhar seu território com âmbitos. Nós somos o âmbito número 3 da região do Piemonte, onde há seis âmbitos e mais de mil comunas. Nosso âmbito inclui 306 comunas, entre elas a cidade de Turim, muito grande, com mais de 900 mil habitantes, e outras cidades bem pequenas, como Montenisio, a comuna mais alta da Itália, com 30 residentes. A competência desse conjunto de comunas é o de definir o plano do âmbito. Isto é, coletar informações sobre as obras e ações existentes, e definir as coisas novas a fazer, como organizar os serviços, fixar as tarifas etc, para um período de 20 anos. É uma conta econômica, como faria qualquer bom pai de família, que estabelece um orçamento de acordo com o salário que tem. Com o mesmo critério são feitos os planos dos âmbitos para as obras econômicas e, o que é mais importante, de acordo com o princípio da solidariedade, isto é, cada cidade participante paga de modo uniforme, para que possa contar com os mesmos serviços. O último passo é a preparação do relatório de contrato com os gestores.

Marcos Montenegro : No Brasil, usamos a palavra “gestor” com outro sentido. Aqui falamos em gestão para planejar, regular, fiscalizar e prestar o serviço. Quando o Silvano fala em “gestor”, ele se refere ao prestador do serviço.

Silvano Ravera : Na Itália, os gestores podem ser de três tipos: público, misto público-privado, privado. Cada âmbito escolhe a melhor alternativa, de acordo com as suas condições. Nosso âmbito escolheu a forma de um gestor público.

RST : Vamos falar sobre os primeiros resultados da cooperação Brasil-Itália e o que essa experiência significa para os italianos.

Alessandro Paoletti : Alguns dos problemas que vi no Brasil estão também presentes na Itália. Por exemplo, a presença de grande quantidade de sedimentos de terra e de resíduos sólidos nas redes de águas pluviais. É um problema muito relevante aqui e em todo o mundo. Os estudos que fizemos no Brasil podem ser muito úteis também para nós. Um dos casos emblemáticos é o da impermeabilização muito intensa dos solos urbanos e, portanto, do incremento das enchentes, como acontece em São Paulo. Não apenas em São Paulo, mas em todas as áreas de nova urbanização e de ocupação irregular, como no caso das favelas. Na Itália não temos favelas, mas temos situações urbanas de grande concentração, difíceis de controlar. Há também os aspectos normativos, relativos ao planejamento. Nós fizemos muito planejamento, transformamos os planos em leis, mas temos dificuldades em levá-los à prática por conta das contradições com os interesses particulares dessa ou daquela comuna. A discussão desses aspectos com os colegas brasileiros foi muito interessante porque encontramos aqui situações análogas. Outro aspecto que nos chamou a atenção foi a existência do Ministério das Cidades, que tem um programa como o PMSS. Seria muito importante para nós se na Itália houvesse um organismo desse tipo, que

“Os estudos que fizemos no Brasil podem ser muito úteis também para nós. Um dos casos emblemáticos é o da impermeabilização muito intensa dos solos urbanos”

centralizasse os estudos dos problemas do saneamento e criasse uma escola de formação de técnicos para o setor, mas que não fosse apenas nas universidades. Temos muitas iniciativas de atualização profissional em nossas universidades, mas são iniciativas pessoais. Aqui, ao contrário, são iniciativas centralizadas, que podem multiplicar a competência institucional. Esta é uma experiência que surgiu entre vocês e que gostaríamos de repetir na Itália.

Marcos Montenegro : *De nossa parte, gostaríamos de chamar a atenção para outro aspecto. Uma coisa que marca o saneamento brasileiro é a visão extremamente segmentada, que optou por organizar os serviços de água e de esgotamento sanitário separadamente dos serviços de drenagem de águas pluviais. Na cabeça de nossos profissionais, o esgoto está num tubo e a água da chuva está em outro. Na prática, o que acontece na maioria das vezes é que os dois estão no mesmo tubo, mesmo quando existem dois sistemas separados. As medidas de controle de enchentes que hoje as maiores cidades estão adotando no Brasil, em particular a opção de construção de piscinões, tanques de detenção ou retenção, tem esbarrado no problema da retenção de esgotos quando não está chovendo. Isso se transforma num problema sanitário sério, que exige um enfoque mais integrado. Esse ponto foi destacado tanto nos diagnósticos das quatro cidades quanto na avaliação do curso em Brasília. É um dos grandes avanços conceituais que conquistamos em nossa cooperação com os italianos.*

“O saneamento brasileiro é marcado por uma visão extremamente segmentada. Na cabeça de nossos profissionais, o esgoto está num tubo e a água da chuva está em outro”

Em 2006, a segunda fase da cooperação

Os resultados alcançados no ano passado estimularam os parceiros italianos e brasileiros a prepararem uma segunda fase para a cooperação, que será desenvolvida em 2006, dando continuidade às ações de capacitação e imprimindo-lhes caráter multiplicador.

A segunda fase mantém a meta de formação especializada de profissionais, na perspectiva da visão integrada de saneamento, incluindo o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a gestão de resíduos sólidos e o manejo das águas pluviais urbanas, e, claro, suas repercussões no desenvolvimento urbano sustentável.

Será reeditado o “Curso de Gestão Integrada das Águas e Resíduos na Cidade”, a ser realizado em Brasília, com previsão para os meses de junho, julho, agosto e a primeira quinzena de setembro. Nesta edição está prevista a participação de alunos brasileiros e de países africanos de língua portuguesa.

A segunda fase da cooperação Brasil-Itália prevê também desdobramentos para o componente “Gestão do Território e Manejo Integrado das Águas Urbanas: análise de experiências e capacitação de agentes municipais”. Serão executados projetos pilotos nos quatro municípios estudados em 2005 (Belo Horizonte, Manaus, Recife e Santo André), compreendendo a aplicação prática de algumas das ações estruturais e não-estruturais propostas nos estudos desenvolvidos na

primeira fase. Em todas as experiências serão adotados procedimentos para o monitoramento e a avaliação da qualidade das águas urbanas.

A novidade da segunda fase será a inclusão de um novo componente, que estudará a proposta de gestão associada nos serviços de resíduos sólidos nos Municípios do Estado do Piauí. O projeto terá por referência as experiências italianas do Âmbito Territorial Ótimo (ATO), da organização regional dos serviços de saneamento em Portugal e dos consórcios públicos no Brasil.

Espera-se extrair das experiências citadas subsídios para uma proposta de regionalização do Piauí que se apresente como a configuração espacial e institucional mais sustentável para a localização dos equipamentos de transbordo, tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos.

Leia nas páginas 41 e 42 as características principais do modelo italiano e da recente lei brasileira de consórcio públicos.

A experiência italiana do âmbito territorial ótimo

Uma grande contribuição dos italianos no campo de políticas públicas relacionadas ao saneamento ambiental se dá nos conhecimentos que adquiriram com as experiências de gestão do território. A base da reforma do sistema de gestão dos recursos hídricos e da prestação dos serviços de saneamento na Itália está na delimitação e na organização do espaço urbano e rural pelos denominados “âmbitos territoriais ótimos” (ATOs).

Os ATOs compreendem tanto a reorganização local dos serviços hídricos integrados, incluindo o abastecimento de água e o esgotamento sanitário, como, em alguns casos, também os serviços de resíduos sólidos e drenagem urbana.

Trata-se de uma configuração espacial e institucional que busca a sustentabilidade ambiental e econômica dos recursos hídricos, respaldada na Lei de Galli, aprovada em janeiro de 1994.

A instituição dos ATOs permitiu a racionalização da gestão do saneamento que antes era de responsabilidade de inúmeros entes, diferentes em dimensão, natureza e organização – mais de 13 mil para 8.101 municípios.

Um ATO é uma unidade territorial funcional para a reorganização dos serviços hídricos, delimitado por região, segundo critérios gerais como:

- Respeito à unidade da bacia hidrográfica e da sub-bacia ou das bacias contínuas;

- Superação da fragmentação institucional e administrativa, com a obtenção de adequadas dimensões de gestão, definidas com base em parâmetros físicos, demográficos, técnicos e nas repartições político-administrativas.

A reforma dos serviços hídricos determinada pela Lei 36/94 teve as seguintes características principais:

- Manutenção da autonomia dos municípios quanto às competências, obrigando-os porém a desempenhá-las na escala do âmbito territorial ótimo;
- Reunificação, organização e gestão dos serviços tanto horizontalmente, isto é, no território definido pelo ATO, como verticalmente, ou seja, abrangendo o ciclo hídrico inteiro, ligado aos serviços públicos de saneamento básico;
- Instrumento técnico e econômico fundamental, o Plano de Âmbito, precedido de um diagnóstico, é aplicado durante um longo período, de 20 a 30 anos;

Instituição dos ATOs permitiu a racionalização da gestão do saneamento, antes dividida entre vários entes

- Instituição de tarifa média, cobrindo todos os custos previstos (gestão e investimentos), visa disponibilizar a todos os usuários dos âmbitos o mesmo nível e padrão de serviço. A tarifa é fixada de acordo com as diferentes realidades sócio-econômicas de cada âmbito.

Cada âmbito é administrado por uma autoridade, que reúne representantes de todos os municípios e das províncias do território. A autoridade de âmbito é o órgão que delibera sobre todos os elementos fundamentais do serviço – Plano de Âmbito, tarifas, programa de investimentos, regulamentos do serviço etc, e controla a gestão. A gestão de todo o serviço hídrico integrado do âmbito é entregue a um único gestor, identificado segundo uma das modalidades previstas na legislação.

Existem na Itália 91 âmbitos territoriais ótimos. A Lei 36/94 faculta às províncias e aos municípios a escolha do melhor modelo de gestão e das mais adequadas formas de gestão e de organização dos serviços. O objetivo é que a configuração de cada ATO assegure eficiência e maior economia.

O papel de direção geral e controle dos processos processo é confiado aos órgãos centrais da Federação, cabendo às regiões e às entidades locais a responsabilidade de definir e adotar as soluções e os modelos de organização mais adequados a cada situação territorial.

Lei de Consórcios em plena vigência

No dia 17 de fevereiro foi instalado o primeiro consórcio público de saneamento no Brasil, denominado Consórcio Regional de Saneamento do Sul do Piauí (Coresa Sul PI), com a participação de 30 municípios do sul daquele Estado e do governo estadual. A criação do consórcio foi baseada na recente Lei 11107, aprovada em 6 de abril de 2005, e nas diretrizes gerais que norteiam o Projeto de Lei 5296/2005, em tramitação no Congresso Nacional, sobre a política nacional do saneamento básico.

Ainda que o Coresa Sul PI tenha sido implementado especificamente para gerir serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, acredita-se que a experiência poderá ser estendida para a área de resíduos sólidos de todo o Estado.

A Lei dos Consórcios Públicos é um importante instrumento para a dinâmica federativa, afirmando propósitos comuns por meio de alianças que preservam a autonomia dos cooperados. A lei modifica substancialmente a relação entre os entes federados e abre perspectivas de diversos arranjos institucionais para o exercício das funções de regulação, fiscalização e prestação de serviços públicos. No caso específico do saneamento, a lei constitui importante salvaguarda para o projeto de lei que define as diretrizes gerais e a política nacional de saneamento básico.

O artigo 241 da Constituição da República, com a redação dada pela Emenda 19, de 1998, estabelece que

os entes federativos disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação, autorizando a gestão associada de serviços públicos. Esse dispositivo possibilita a criação de mecanismos e instrumentos de coordenação, cooperação e pactuação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Portanto, dá mais efetividade à Federação, constituída por três esferas autônomas de governo, e equaciona a precariedade das formas de cooperação e coordenação entre os governos vigentes até agora.

O mérito da lei reside no respeito à autonomia e às competências federativas, na obediência às regras de gestão pública, nos esforços de responsabilidade fiscal e na flexibilidade dos arranjos institucionais para planejar, organizar e prestar os serviços públicos. A meta é a universalização, possibilitando que os consórcios sejam adotados para diferentes serviços e políticas públicas, e para múltiplos objetivos e benefícios.

A Lei dos Consórcios tem o objetivo de ampliar as responsabilidades de Estado, complementando o desenho federativo com a possibilidade de extrapolar a duração de um governo ou de um mandato. Busca também oferecer instrumentos de coordenação de políticas públicas de responsabilidade do governo federal, considerando especificamente as que são executadas de forma conjunta com os Estados e os Municípios. Tem o sentido de ampliar os benefícios e

aumentar a efetividade das políticas e da aplicação de recursos públicos nas áreas de saúde, saneamento, geração de renda, infra-estrutura, entre outras.

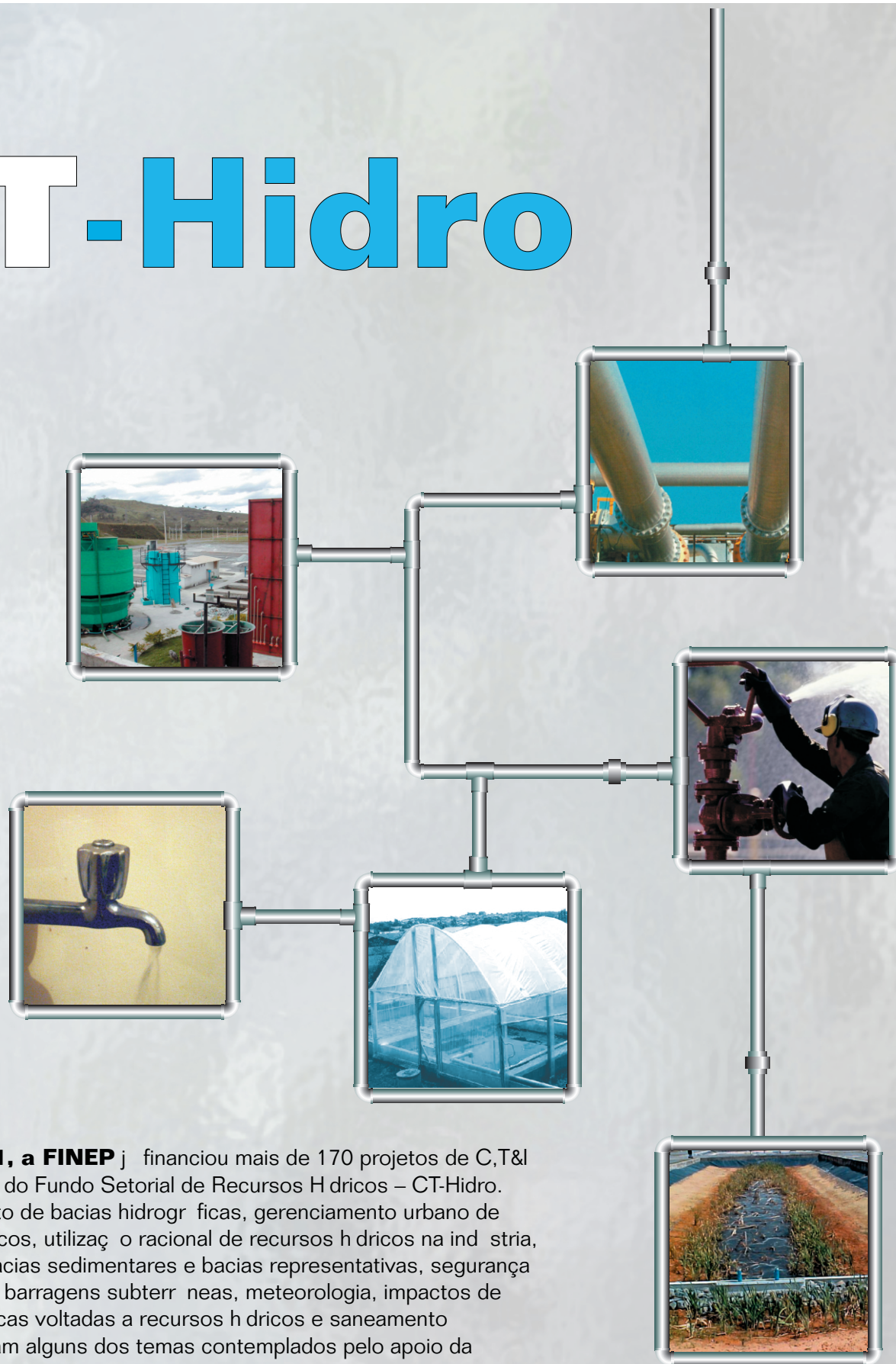
Cabe destacar a legitimidade que a lei angariou nos municípios. É que ela responde às reivindicações, formuladas ao longo de 2003 pelas entidades nacionais de representação dos prefeitos, de equacionamento dos problemas vivenciados nas diversas experiências de consorciamento entre municípios, criados pela precariedade jurídica e limitações institucionais dos instrumentos até então utilizados.

Vislumbra-se que a médio e longo prazo a lei deverá favorecer a formulação de políticas e a definição de ações estratégicas ancoradas em um processo de planejamento integrado e coordenado.

Nas palavras de Vicente Trevas, da Secretaria de Assuntos Federativos da presidência da República, “o desenho federativo é um recurso adequado para o Brasil, um país com diversidades regionais acentuadas, cumprir sua agenda histórica de reduzir as desigualdades sociais”. Sendo a Lei dos Consórcios uma das configurações mais próximas do espírito federativo definido pela Constituição, não resta dúvidas de que será um instrumento poderoso para o enfrentamento da nova agenda nacional, em especial da agenda das cidades e do desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, ambiental e social.

CT-Hidro

www.finep.gov.br



Desde 2001, a FINEP já financiou mais de 170 projetos de C,T&I com recursos do Fundo Setorial de Recursos Hídricos – CT-Hidro. Gerenciamento de bacias hidrográficas, gerenciamento urbano de recursos hídricos, utilização racional de recursos hídricos na indústria, estudos de bacias sedimentares e bacias representativas, segurança de barragens, barragens subterrâneas, meteorologia, impactos de políticas públicas voltadas a recursos hídricos e saneamento ambiental foram alguns dos temas contemplados pelo apoio da Financiadora de Estudos e Projetos.

Recursos do CT-Hidro também têm sido alocados pela FINEP em ações do Programa de Pesquisa em Saneamento Básico – PROSAB (www.finep.gov.br/prosab) e na Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental – ReCESA.

Conheça melhor as oportunidades que a FINEP oferece visitando o site www.finep.gov.br.

Ministério das Cidades

<http://www.cidades.gov.br>

CIDADE DE TODOS

Ajude a
planejar o
futuro da
sua cidade.



Nas ondas do rádio

<http://www.radiobras.gov>

Conheça o Espaço Cidadão



Cada universidade, por sua vez, constituiu parceria com entidades e instituições ligadas ao saneamento. As parcerias confirmadas e que se integram automaticamente à ReCESA são:

Núcleo Regional Nordeste:

- UFBA: EMBASA; Prefeitura Municipal de Alagoinhas; LIMPURB/Salvador; SAAEs; EMASA/Itabuna
- UFPE: COMPESA; EMLURB/Recife; Prefeitura Municipal de Olinda; UNICAP; Poli-UPE; UFAL; CEFET-RN; CEFET-PI; PROMATA; SENAI-PE; SEBRAE-PE; SECTMA-PE
- UFC: CAGECE; SEMAM/Fortaleza
- UFPB: EMLUR/João Pessoa; CAGEPA

Núcleo Regional Sudeste:

- UFMG: COPASA; SLU/Belo Horizonte; SUDECAP/Belo Horizonte; ASSEMAE; FUNASA/MG
- UNICAMP: SANASA/Campinas; UFSCar; FSP/USP; IPT; CPqD; Consórcio PCJ; Fórum L&C/SP; ABES/SP; ASSEMAE/SP
- UFES: FUNASA/ES; CESAN; CDV/Vitória; INCAPER/ES; CEFET/ES
- UFRJ: CEDAE; Fundação Rio Águas; COMLURB

Núcleo Regional Sul:

- UFSC: CASAN; SAMAE/Blumenau; SENAI/Blumenau; COMCAP/Florianópolis; CEFET/SC
- UNISINOS: Comitesinos; Consinos; FEPAM; Vega; COMUSA/Novo Hamburgo
- UFRGS: DMAE/Porto Alegre; DEP/Porto Alegre; SENAI/RS; CORSAN; SEMAE/Pelotas; SAMAE/Caxias do Sul; COMUSA/Novo Hamburgo; SEMAE/São Leopoldo
- UCS: SAMAE/Caxias do Sul; CODECA/Caxias do Sul; COREDE/Serra; Comitê Taquari-Antas

Núcleo Regional Centro-Oeste:

- UnB: UFG; SANEAGO; CAESB; Novacap/Brasília; SENAI-DF
- UFMS: UFMT; SANESUL; Águas de Guariroba; SEMAM/Campo Grande; SANEAP/Cuiabá; FUNDECT/MS